

Bolsa sobe com reação a declarações de Haddad sobre novo arcabouço fiscal; dólar fecha em alta

A Bolsa fechou em alta na terça-feira (4), com os investidores reagindo bem ao tom adotado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao tratar das novas regras fiscais. Os bancos, que têm peso importante no Ibovespa, subiram e compensaram as quedas de Petrobras e Vale.

O Ibovespa fechou em alta de 0,36%, a 101.869 pontos. Na máxima do dia, o índice chegou a superar os 103 mil pontos. O dólar comercial à vista subiu 0,25%, a R\$ 5,083. Isso depois de cair de R\$ 5,28 para R\$ 5,07 em sete pregões até a segunda-feira (3).

No mercado de juros futuros, as taxas subiram nos

vencimentos mais curtos, e caíram nos mais longos. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, as taxas passaram de 13,20% do fechamento desta segunda-feira para 13,24%. Para janeiro de 2025, os juros avançaram de 11,97% para 12%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa caiu de 12,05% para 12%.

Sobre o novo arcabouço fiscal, Haddad deu, na noite da segunda-feira (3), algumas sinalizações sobre como pretende aumentar a arrecadação, principal aposta do governo para cumprir as metas estabelecidas. Em entrevista ao canal GloboNews, Haddad disse que a arrecadação precisará aumentar entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões

para viabilizar as metas. Segundo ele, é possível atingir esses números sem aumentar a tributação, cobrando de quem não paga impostos.

Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos, destaca o ponto em que Haddad tratou dos “jabutis” do sistema tributário, que provocaram uma perda de R\$ 131 bilhões em arrecadação. “É atrás dessa diferença que o governo vai atrás para equilibrar as contas através do novo arcabouço fiscal e da reforma tributária”, afirma Alves.

Para a equipe da Levante Investimentos, o tom adotado pelo ministro ajudou a amenizar as tensões do mercado.

Renato Carvalho/Folhapress



Economia



Nova regra fiscal teria economizado R\$ 64 bi ao ano, estimam analistas

Página - 03

Capacidade de geração de energia eólica deve bater recorde neste ano

Página - 03



RBS investe R\$ 10 milhões na Saúde

Página - 05

Eletrobras firma acordo com Alupar para assumir controle acionário do Linhão de Roraima

Pág - 05



Política

Arranjo de Lula para dar dinheiro ao Congresso dribla STF ao imular emendas

Página - 04

Bolsonaro vai depor à PF sobre joias presencialmente em Brasília

Página - 04

No Mundo

Trump vai a tribunal para se entregar à Justiça e se tornar 1º ex-presidente dos EUA réu



Donald Trump adiciona mais um aspecto de ineditismo à sua carreira política nesta terça-feira (4), quando se torna o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos réu por uma acusação criminal, feito que soma à lista de ter sido a primeira pessoa eleita à cadeira máxima do país sem experiência anterior em cargo público e o primeiro a sofrer impeachment na Câmara duas vezes.

No mais recente ato de sua pré-campanha para a Casa Branca no ano que vem, o republicano deixou a Trump Tower e foi por volta das 13h no horário local à corte no sul da ilha de Manhattan abarrotada por jornalistas e apoiadores. No jargão americano,

para ser detido após “se entregar” à Justiça, o que significa que será fichado pela polícia e ouvirá as acusações de que é alvo no caso que envolve a compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante a eleição de 2016. Ela recebeu US\$ 130 mil (R\$ 659 mil) de advogados do então candidato para não revelar um suposto affair com ele, e os gastos foram lançados como “despesas jurídicas”, no que seria uma maquiagem de gastos de campanha, segundo investigações.

Ainda não se sabe exatamente quais são as acusações. Elas devem vir a público por volta das 15h (no horário de Brasília), quando o próprio ex-presidente vai ouvi-las na corte e deve se declarar ino-

cente. Reportagem do Yahoo na noite de terça afirmou com base em fontes no tribunal que Trump será alvo de 34 acusações criminais envolvendo falsificação de registros comerciais. Como não envolve um caso com violência, Trump não ficará preso e deve ser liberado antes das 16h, quando voltará para a Flórida. Ele planeja discursar a sua base de apoiadores por volta das 21h em Mar-a-Lago.

Os trâmites no tribunal não serão transmitidos ao vivo, mas o juiz Juan Merchan permitiu que fotógrafos façam algumas imagens do processo. Uma outra imagem deve entrar para a história, se for de fato feita: sua foto de frente e de perfil como suspeito.

Thiago Amâncio/Folhapress

Ataque dos EUA na Síria mata líder do Estado Islâmico que planejou atentados na Europa

Um ataque americano matou, na terça-feira (3), um líder do Estado Islâmico (EI) na Síria, disse o Comando Central dos EUA (Centcom).

Segundo o comunicado, Khalid ‘Aydd Ahmad al-Jabouri, um iraquiano que se passava por sírio e era chamado de Khaled, foi responsável pelo planejamento dos ataques do EI na Europa e desenvolveu a estrutura de liderança do grupo terrorista.

“Embora degradado, o grupo continua capaz de conduzir operações na região com o desejo de atacar além do Oriente Médio”, afirmou o comunicado. O Centcom acrescentou que a morte de al-Jabouri vai “interromper temporariamente a capacidade do grupo de planejar ataques externos”.

O Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH)

confirmou a morte, destacando que um drone americano atacou o líder do EI na província de Idlib, no noroeste da Síria, em uma área controlada pelos extremistas. De acordo com o Observatório, ele foi morto quando caminhava perto da casa que ocupava e conversava por telefone.

O EI reivindicou diversos atentados na Europa na época em que proclamou um califado nas áreas da Síria e do Iraque controladas pelo grupo. Na França, reivindicou os atentados de 13 de novembro de 2015 em Paris, que resultou na morte de 130 pessoas, e de 14 de julho de 2016 em Nice, com 86 vítimas fatais.

Reivindicou ainda três atentados suicidas em 2016 na Bélgica, que deixaram 30 mortos, e os ataques na Espanha em 17 e 18 de agosto, que provocaram 16 mortes.

Folhapress



Avalanche no Himalaia indiano mata ao menos 7 turistas e deixa 8 em estado grave



Uma avalanche na cordilheira do Himalaia na terça-feira (4) matou ao menos sete turistas, e as autoridades temem que ainda mais pessoas tenham sido soterradas pela neve. A informação é do Exército indiano, que declarou que 23 indivíduos já foram resgatados da região.

Destes, oito estão em estado grave e foram levados a instalações militares próximas para receber tratamento.

A avalanche atingiu uma estrada movimentada que liga Gangtok capital do estado de Sikkim, no nordeste da Índia a Nathu La, área turística localizada perto

da fronteira com o Tibete.

De acordo com as autoridades, entre 20 e 30 visitantes a bordo de cinco a seis veículos fotografavam a paisagem no momento do incidente, às 11h30 do horário local (3h no horário de Brasília). Não há indícios de que houvesse estrangeiros no grupo.

As operações de emergência ainda estavam em andamento por volta das 16h da tarde (7h30 no horário de Brasília), com socorristas tentando retirar a neve da rodovia e procurando mais vítimas com o auxílio de pás e maquinário próprio.

Além do grupo atingido diretamente pela avalanche,

outros 350 visitantes e 80 veículos foram resgatados na região depois que a neve foi retirada das estradas.

Milhares de turistas visitam anualmente Sikkim, também conhecida como “Terra do Esplendor Místico”. Ela fica aos pés da montanha de Kanchenjunga a terceira maior do mundo, atrás apenas do Everest e do K2, também no Himalaia.

Muitos religiosos também vão o local, uma vez que Nathu La fica em uma rota de peregrinação em direção ao monte Kailash, no Tibete, considerada uma das mais sagradas do hinduísmo.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Nova regra fiscal teria economizado R\$ 64 bi ao ano, estimam analistas



A nova regra fiscal, apresentada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada, teria gerado uma economia de R\$ 775,3 bilhões ou de R\$ 64,6 bilhões ao ano, a preços constantes de 2022.

A estimativa é do economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto e do analista Josué Pellegrini. Para o cálculo, eles consideraram os efeitos que o novo arcabouço fiscal teria tido sobre a evolução das despesas e do resultado primário do governo central no período de 2011 a 2022.

Em nota divulgada a clientes da assessoria de investimentos na segunda-feira (3), eles observam que no período de 2011 a 2022, as

despesas cresceram a uma média anual de 2,5% em termos reais. Já a receita cresceu a uma média anual de 1,4%.

Também lembram que a nova regra proposta na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê que a despesa primária deverá crescer à razão de 70% da taxa de crescimento real da receita líquida passada, mas flutuando entre 0,6% e 2,5%, em termos reais.

Na simulação que eles fizeram, para o período de 2011 a 2022, a taxa de variação do gasto foi substituída pela calculada a partir da regra de 70% do crescimento real da receita líquida primária.

Eles também consideraram a variação real da receita líquida acumulada até junho

do ano anterior para obter o limite para a despesa. Quando a despesa superou 2,5% ou ficou abaixo de 0,6%, como prevê a regra de Haddad, esses limites foram aplicados.

“O resultado é que a taxa de crescimento real anual média das despesas teria sido 40% menor do que o quadro efetivamente observado.”

Em valores correntes, eles chegaram a uma economia acumulada no período de R\$ 592,5 bilhões ou R\$ 49,4 bilhões ao ano. A preços de 2022, de R\$ 775,3 bilhões ou R\$ 64,6 bilhões ao ano. Uma crítica que tem sido feita ao novo conjunto de regras que irá substituir o teto de gastos é a da dependência de aumento da carga tributária, dizem os analistas. Douglas Gravas/Folhapress

É melhor tributar ricos pela renda do que pelo patrimônio, diz diretor do Ministério da Fazenda



A melhor forma de aumentar a tributação das pessoas mais ricas é com bons impostos sobre renda e heranças, e não com a instituição de um imposto sobre grandes fortunas acumuladas na forma de patrimônio.

Essa é a avaliação do economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, feita durante evento realizado pelo Bradesco BBI na terça (4).

No evento, ele foi questionado sobre as propostas de reforma tributária do governo, incluindo renda, consumo e folha de pagamento.

Capacidade de geração de energia eólica deve bater recorde neste ano

O Brasil registra, até fevereiro deste ano, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts (GW) de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Desse total, 85% estão na Região Nordeste. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), até 2028 o Brasil terá 44,78 GW de capacidade instalada desse tipo de energia, cuja participação na matriz nacional atinge, atualmente, 13,2%. A eólica já responde hoje por 20% da geração de energia que o país precisa.

No ano passado, o setor bateu recorde de 4 GW instalados e, para este ano, a presidente executiva da Abeeólica, Elbia Gannoum, espera atingir novo recorde, superando esse número. “Encerrando 2023, estaremos com 29 GW de capacidade instalada. Essa é a nossa previsão em termos de potência, e isso é superior a R\$ 28 bilhões, porque cada

gigawatt de eólica instalada é da ordem de R\$ 7 bilhões”, disse Elbia.

Outro levantamento feito pela entidade mostra o desenvolvimento econômico-social gerado pela energia eólica. No Nordeste, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) das cidades onde os parques eólicos chegaram cresceu 21%, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu também 20% “por causa da chegada dos parques”. Outro dado significativo é que a cada real investido em energia eólica são devolvidos R\$ 2,9 para a economia.

O Brasil ocupa desde 2021 a sexta posição no ranking mundial em capacidade instalada de energia eólica. Segundo Elbia, agora fica mais desafiador para o país ultrapassar essa marca e se aproximar dos dois primeiros colocados, que são a China e os Estados Unidos. Ela considera difícil alcançar a China, por exemplo, que “cresce quase o Brasil por ano em investimento em energia”.

Alana Gandra/ABR



Também foi perguntado sobre a visão do ministério em relação a um Imposto sobre Grandes Fortunas.

“Estamos trabalhando com imposto de renda, e não de patrimônio. Se você tem um bom modelo de imposto de renda e de herança pode prescindir da tributação de patrimônio”, afirmou Orair.

Neste primeiro semestre, o Congresso discute mudanças na tributação do consumo e também alterações menores em tributos sobre heranças (ITCMD) e patrimônio (IPTU e IPVA), a partir de propostas que já estão no Parlamento. No segundo semestre, o governo deve apresen-

tar uma proposta para tratar de Imposto de Renda e folha de pagamento.

Questionado sobre a “pejotização” de vários profissionais que aderem ao sistema do lucro presumido --usado em geral por quem tem faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões e abaixo de R\$ 78 milhões--, o diretor defendeu três medidas: desonerar a folha, rever os parâmetros desse enquadramento e tributar dividendos.

Ele afirmou que o ministério tem “um bom elenco de alternativa” para caminhar com essas mudanças, mas que não há um modelo definido. Eduardo Cucolo/Folhapress

Política

Arranjo de Lula para dar dinheiro ao Congresso dribla STF ao simular emendas



O arranjo desenvolvido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para negociações políticas com o Congresso prevê que dinheiro dos ministérios seja usado como se fosse emenda parlamentar num drible à decisão do STF que proibiu o pagamento das chamadas emendas de relator.

Foi revelado na segunda-feira (3) que, após herdar R\$ 9,8 bilhões com o fim das emendas de relator, o governo Lula criou um novo mecanismo para destinar verbas ao Congresso Nacional e ampliar sua base de apoio. Também estabeleceu que, para gastar o dinheiro, os ministérios deverão seguir orientação da articulação política do Palácio do Planalto.

O governo chegou a colocar um carimbo específico

co (código A4) para esses recursos, para formalizar e organizar os pagamentos.

Esse dinheiro foi dividido entre sete ministérios indicados pelo relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). O acordo político envolveu as cúpulas da Câmara e do Senado e foi chancelado por Lula. Dessa forma, o relator manteve a influência sobre uma parcela bilionária do Orçamento.

As emendas de relator foram a principal moeda de troca entre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso Nacional.

Agora, além de criar o novo código para o dinheiro que será enviado ao Legislativo, Lula estabeleceu que os pagamentos deverão seguir orientação da articulação política do Palácio do Planalto.

Cada órgão deverá ob-

servar “diretrizes e procedimentos a serem estabelecidos pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República [de Alexandre Padilha, responsável pelas negociações com o Congresso e liberação de emendas] quanto à destinação e execução” da verba, diz uma portaria publicada em março.

A ideia é detalhar como os ministérios poderão usar o dinheiro e determinar como irão divulgar os nomes de quem apadrinhou o envio de dinheiro seja deputado, senador ou até mesmo prefeito.

A rubrica A4 criada também facilitará que o Planalto opere e monitore os repasses feitos por intermédio de parlamentares ou grupos políticos. Nas negociações de Bolsonaro, as emendas de relator também tinham um código (RP9).

Thiago Resende/Folhapress

Bolsonaro vai depor à PF sobre joias presencialmente em Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai prestar depoimento à Polícia Federal sobre o caso das joias da Arábia Saudita na quarta-feira (5) de forma presencial em Brasília, segundo confirmou a reportagem com fontes da Polícia Federal e interlocutores próximos de Bolsonaro.

O ex-presidente será ouvido na quarta às 14h30 pela Polícia Federal.

Também depõem no mesmo dia e horário o militar Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República, Marcelo Câmara, assessor de Bolsonaro, e o ex-chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes.

Presentes enviados pelo governo da Arábia Saudita por meio do ex-ministro Bento Albuquerque foram entregues para compor o acervo pessoal de Bolsona-

ro, em novembro de 2022.

Bento depôs sobre o caso em março, por videoconferência, e blindou Bolsonaro, ao afirmar que havia se surpreendido com os presentes serem joias caras e não haver conversado com o ex-presidente sobre isso.

Um conjunto de joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que seria para Michelle, foi retido pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos (SP).

Bolsonaro teria agido diretamente para liberar os objetos, interferindo na Receita Federal. As joias deveriam fazer parte do acervo público da Presidência, não de seu acervo pessoal. O TCU obrigou o presidente a devolver as joias.

Reportagens mostraram que ele recebeu outras joias, que também terão de ser devolvidas.

Carla Araújo/Folhapress



Governo estuda devolver todo o valor dos impostos da cesta básica aos mais pobres



O governo pode devolver todo o imposto arrecadado com a volta da tributação sobre a cesta básica para famílias de baixa renda, dentro do modelo em estudo para a reforma tributária do consumo.

Essa possibilidade foi citada na terça (4) pelo economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, durante evento realizado pelo Bradesco BBI.

Um grupo de trabalho da Câmara ainda estuda qual tratamento será dado na tributação dos alimentos, um dos temas que mais preocupam o setor agropecuário. Há basicamente duas possibilidades na mesa: a tributação desses produtos com devolução do imposto aos mais pobres ou

a manutenção da regra atual, que beneficia pobres, ricos e empresas que não repassaram a redução do imposto.

“O melhor é ter o tributo com a base mais ampla, alíquota mais baixa e retornar todo o imposto arrecadado para as famílias de baixa renda”, afirmou Orair. Ele frisou que a decisão final será do Congresso Nacional, que já trabalha em cima de duas propostas que tramitam no Parlamento e deve apresentar um novo texto em maio.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG, estimou que um sistema de devolução de impostos a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da

desoneração da cesta básica.

Orair afirmou que a expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023 e regulamentar a reforma em 2024. É nessa etapa que pode ser definido o modelo de devolução de imposto.

No ano seguinte, já haveria a substituição de dois tributos (PIS/Cofins) por uma contribuição federal sobre bens e serviços. Em 2027, começaria a transição dos tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS) para um novo imposto sobre bens e serviços, que duraria de quatro a seis anos. “Você tem essa primeira transição, que vai terminar em 2031, 2032, a depender do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara.”

Eduardo Cucolo/Folhapress

RBS investe R\$ 10 milhões na Salute



A Salute, rede porto-alegrense de clínicas médicas, vai receber um aporte de R\$ 10 milhões por parte do RBS Ventures, fundo de investimentos do grupo gaúcho de comunicação, com mediação da Pier Partners.

O aporte, que será uma combinação entre recursos financeiros e investimento em mídia, foi anunciado na última sexta-feira, 31, durante o South Summit Brazil, um dos maiores eventos de inovação do mundo, que reuniu 22 mil visitantes em Porto Alegre.

No mercado desde 1996, a Salute tem uma receita anual de mais de R\$ 50 milhões. A empresa conta com nove clínicas que oferecem consultas em mais de 20 especialidades, além de 1 mil opções

de exames, a mais de 60 mil pacientes. Com foco na Região Metropolitana de Porto Alegre, a expectativa é que, em breve, sejam abertas mais duas unidades, localizadas em Esteio e São Leopoldo.

A empresa possui um clube de assinaturas para atendimento médico, com foco em quem não possui plano de saúde. Nessa modalidade, os preços variam de R\$ 49 a R\$ 72 por mês. Segundo a Salute, o investimento em comunicação irá impulsionar o crescimento dos negócios, consequentemente contribuindo para a expansão da base de clientes e assinantes. “Acreditamos que não só a exposição em programas e horários qualificados, mas toda a expertise em comunicação e performance do Grupo RBS vão

ajudar muito neste momento em que estamos chegando a várias cidades que ainda não conhecem o nosso trabalho”, destaca Rafael Sá, fundador e presidente executivo do conselho da Salute.

Com o investimento, Mauricio Sirotsky Neto e Fernando Tornaim, sócios-fundadores do RBS Ventures, passam a ocupar uma cadeira no conselho da investida.

Em operação desde setembro, o RBS Ventures já investe na Player 1 Gaming Group, uma das principais plataformas de games do Brasil, e tem mais de 150 negócios no pipeline para avaliação.

Atuante desde 2017, a Pier Partners tem sede em Porto Alegre e lista cerca de 37 funcionários no LinkedIn.

Fusões & Aquisições

Eletrobras firma acordo com Alupar para assumir controle acionário do Linhão de Roraima



A Eletrobras e a Alupar firmaram acordo que prevê compra da participação da ex-estatal de energia no chamado Linhão de Roraima. As empresas firmaram acordo de acionistas na Sociedade de

Propósito Específico (SPE) Transnorte Energia (TNE), que detém a concessão da linha de transmissão 500 kV, Circuito Duplo, Manaus-Boa Vista. Segundo a Eletrobras, o acordo prevê o aumento progressivo da participação da Eletronorte (subsidiária da ex-estatal) na SPE nos próximos anos, “observadas as anuências que se fizerem necessárias, com uma opção de compra do empreendimento após sua entrada em operação”. Atualmente, a Eletro-

norte possui 49% de participação na SPE e a Alupar, 51%.

O linhão de Roraima foi leilado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2011, mas a implantação ficou travada por muitos anos por causa de restrições ambientais. Parte da linha atravessaria terras indígenas. Em outubro do ano passado, foi firmado acordo judicial para viabilizar a construção da linha, que possui 715 quilômetros de extensão.

Fusões & Aquisições

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2022

Pet Center Comércio e Participações (“Companhia”), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 80/2022”) convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada no dia **24 de abril de 2023**, às **15:00** horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; e (iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) realizar a ratificação da eleição da Sra. Sílvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (ii) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cansei de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. (“CDSG”), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia (“Laudo de Avaliação”); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia (“Protocolo e Justificação”); (v) aprovar a incorporação da CDSG pela Companhia, com a consequente extinção da CDSG (“Incorporação”); (vi) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência a sua consolidação; (vii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 24 de março de 2023, pela Companhia. **Instruções Gerais: Quórum de Instalação:** A matéria constante do item (vii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância (“Plataforma Digital”). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 22 de abril de 2023, inclusive) (“Cadastro”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	–	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	–	–	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. (3) No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@petz.com.br, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail ri@petz.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 24 de março de 2023. **Claudio Roberto Ely – Presidente do Conselho de Administração.** (01, 04 e 05/04/2023)

comercial@datamercantil.com.br

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

Brasil e controladas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui as seguintes controladas:

Empresas por Ramo de Atuação

	Controladora Direta	Local da operação	31/12/2022		31/12/2021	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holdings						
Athena Healthcare Holding S.A. ("Athena Healthcare")	Athena Brasil	São Paulo	100,00%	-	100,00%	-
ASG Holding S.A. ("ASG")	Athena Healthcare	São Paulo	-	100,00%	-	100,00%
Athena Nordeste Holding S.A. ("Athena Nordeste") (a)	Athena Healthcare	São Paulo	-	-	13,90%	86,10%
Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. ("ASES") (b)	Athena Healthcare	São Paulo	6,71%	93,29%	6,99%	93,01%
Multivida Participações S.A. ("Multivida")	Med Imagem	Maringá	-	100,00%	-	100,00%
Athena Bahia Participações S.A. ("Athena Bahia") (c)	Athena Brasil	São Paulo	-	-	100,00%	-
Hospitais						
Hospital Med Imagem S.A. ("Med Imagem")	Humana	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
Hospital São Pedro Ltda. ("São Pedro")	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
Hospital Santa Maria Ltda. ("Santa Maria")	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
Vitória Apart Hospital S.A. ("VAH")	SAMP	Vitória	-	99,71%	-	99,68%
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. ("HBSM") (d)	Multivida	Maringá	2,93%	97,07%	-	100,00%
Hospital do Coração de Natal Ltda. ("HCN")	Athena Healthcare	Natal	3,67%	93,64%	3,67%	93,64%
Hospital Maranhense Ltda. ("CMM")	Humana	São Luís	-	100,00%	-	100,00%
São Bernardo Apart Hospital S.A. ("SBAH")	SAMES	Colatina	-	91,16%	-	91,07%
Hospital das Clínicas de Alagoinhas Ltda. ("HCA") (e)	UNI Hosp	Alagoinhas	5,81%	94,19%	6,25%	93,75%
Hospital e Maternidade São Marcos Ltda. ("São Marcos") (d)	HBSM	Maringá	-	-	27,40%	72,60%
Planos de Saúde						
Humana Saúde Sul Ltda. (antiga "Santa Rita Saúde") (f)	Multivida	Maringá	0,13%	99,87%	-	100,00%
Medplan Assistência Médica Ltda. ("Medplan")	Athena Healthcare	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
Humana Assistência Médica Ltda. ("Humana")	Athena Healthcare	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
SAMP - Espírito Santo Assistência Médica Ltda. ("SAMP")	ASES	Vitória	-	100,00%	-	100,00%
Unihosp Serviços de Saúde Ltda. ("Unihosp") (j)	Humana	São Luís	1,09%	98,91%	1,16%	98,84%
Casa de Saúde São Bernardo S.A. ("CSSB")	SAMES	Colatina	-	100,00%	-	100,00%
Hospitais com Planos de Saúde						
Humana Saúde Sul Ltda. ("Humana Sul") (g)	Humana Sul	Caxias do Sul	-	-	0,82%	99,18%
Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda. ("HMCR")	Humana Sul	M. C. Rondon	-	100,00%	-	100,00%
Clínicas especializadas e serviços						
Clínica Imagem Plena Ltda. ("Plena")	Santa Maria	Teresina	-	100,00%	-	100,00%
Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. ("SAMES")	ASES	Vitória	-	100,00%	-	100,00%
Serviços de Hemodinâmica do Vitória Apart Hospital Ltda. ("Hemodinâmica") (h)	VAH	Serra	-	-	-	100,00%
Clínica Luiza Coelho Ltda. ("CLC")	Humana	São Luís	-	100,00%	-	100,00%
Instituto de Radiologia de São Luís Ltda. ("Instituto de Radiologia")	Humana	São Luís	-	100,00%	-	100,00%
Clínica Perinatal Vitória Ltda. ("Utin") (i)	VAH	Serra	-	-	-	99,68%
Call Express Central de Atendimento Ltda. ("Call Express") (k)	SAMES	Colatina	-	-	-	100,00%
Centro Médico de Especialidades Terap. E Diag. Capixaba Ltda. ("CMETDC") (k)	SAMES	Colatina	-	-	-	100,00%
São Bernardo Emergência Ltda. ("SBE") (k)	SAMES	Colatina	-	-	-	100,00%
Ativa Serviços Empresariais Ltda. ("Ativa") (k)	SAMES	Colatina	-	-	-	100,00%

(a) Em 01 de abril de 2022 a Athena Nordeste Holding S.A. foi incorporada pela Athena Healthcare. (b) Diminuição da participação direta na controlada ASES decorrente de aporte realizado pela Athena Healthcare em 29 de junho de 2022. (c) Em 22 de fevereiro de 2022 a Athena Bahia foi cindida em decorrência do programa de reorganização societária. (d) Em 1º de setembro de 2022 Hospital São Marcos foi incorporado pelo Hospital Bom Samaritano. (e) Diminuição da participação direta na controlada HCA devido a aporte realizado pela Unihosp em 29 de junho de 2022. (f) Em 22 de dezembro de 2021, ocorreu a alteração da razão social da Santa Rita Saúde S.A. para Humana Paraná S.A. e em 02 de novembro de 2022 para Humana Saúde Sul Ltda. Em decorrência da incorporação da Humana Saúde Sul a Athena Brasil integralizou as ações que detinha passando a ter participação direta na controlada Humana Saúde Sul Ltda. (antiga "Santa Rita Saúde"). (g) Em 24 de maio de 2022, ocorreu a alteração da razão social de Pro Salute - Serviços Para a Saúde Ltda. para Humana Saúde Sul Ltda. Posteriormente a empresa foi incorporada pela Humana Saúde Sul Ltda. em 01 de novembro de 2022. (antiga "Santa Rita Saúde"). (h) Em 01 de junho de 2022 a Hemodinâmica foi incorporada pelo VAH. (i) Em 03 de janeiro de 2022 a Utin foi incorporada pelo VAH. (j) Diminuição da participação direta na controlada Unihosp decorrente do aporte realizado pela Humana em 30 de setembro de 2022. (k) Empresas incorporadas em 01 de outubro de 2022 pela Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. ("SAMES").

1.1.3. Eventos relevantes ocorridos durante o exercício corrente: 1.1.3.1.3 Impactos da Pandemia COVID-19 nos negócios do Grupo: No decorrer de 2022 com o progresso dos programas de vacinação da população mundial, manutenção de medidas restritivas básicas, novos imunizantes e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram substancialmente. Desde o início da pandemia, a companhia adotou diversas ações para mitigar o risco associado a Covid-19. Dentre as medidas preventivas, a companhia instituiu o acompanhamento de seus principais indicadores operacionais, projetando diferentes cenários com base no contexto nacional e global e atuar para mitigar ou endereçar todos os riscos mapeados, com isso a companhia implementou ações para manutenção operacional e a gestão do caixa. Dentre as ações já adotadas desde o início da pandemia e que continuam sendo executadas, figuram como as principais: a) *Medidas operacionais:* Diversas medidas operacionais já haviam sido adotadas pela Companhia no ano de 2020 e continuam sendo executadas, além de novas medidas tomadas conforme evolução do cenário, entre elas: (i) Compra/aluguel de equipamentos (respiradores, leitos de UTI, entre outros) e importação de medicamentos de forma a aumentar sua capacidade para atender picos de demanda. Com a redução dos números de casos em 2022, parte dos leitos abertos para atender a demanda do Covid foram fechados e/ou remanejados para aproveitamento no atendimento conforme demanda de cada unidade hospitalar, foi avaliada devoluções de respiradores alugados, visando a readequação e otimização de cada operação conforme demanda; (ii) Criação de comitê permanente para suporte a colaboradores da operação visando segurança e suporte psicológico; (iii) Lançamento da operação própria de telemedicina disponível 24 horas por dia. (iv) Painel de acompanhamento diário com informações sobre COVID-19. (v) Revisão de escalas e implementação de rodízio nas áreas operacionais e adoção de trabalho remoto para o setor administrativo. b) *Impactos financeiros* (vi) Não houve necessidade de registro de redução ao valor recuperável em outros instrumentos financeiros. (vii) Não houve quebra de *covenants* financeiros e operacionais dos instrumentos de dívida, não gerando, portanto, quaisquer vencimentos antecipados. (viii) Não houve perda referente a medicamentos e produtos hospitalares vencidos, a companhia mantém controle sobre os prazos de validade e seus níveis de estoques. (ix) A administração avalia ainda que a posição de caixa, equivalentes e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 de R\$219.344 (controladora) e R\$435.030 (consolidado), excluindo aplicações financeiras restritas, é suficiente para atender os compromissos financeiros já contratados assim como necessidades adicionais que possam surgir em virtude da pandemia.

1.4. Aquisições societárias em curso: Em 29 de abril de 2022, a Companhia rescindiu, em virtude do não atendimento a determinadas condições precedentes de responsabilidade dos vendedores, o "Contrato de Compra e Venda e de Subscrição Ações e Outras Avenças", para aquisição da integralidade do capital social do Grupo Promédica. Alguns vendedores instituíram uma arbitragem, que se encontra em fase preliminar, questionando a rescisão do Contrato, e ajuizaram uma ação cautelar contra a Companhia formulando pedido de tutela de urgência, que foi parcialmente provido para que, em suma, a Companhia se abstenha de utilizar informações às quais eventualmente teve acesso em razão da celebração do Contrato e de seus aditivos, bem como de exercer atividades concorrentes com as atividades do Grupo Promédica no Estado da Bahia, para além das que já exercia antes de 29 de dezembro de 2020 - ressalvadas as atividades exercidas no município de Alagoinhas/BA. Por fim, a Companhia comunica que, em sua visão, a referida decisão não causa qualquer impacto em seu plano de negócios.

1.5. Desistência do pedido de registro de oferta pública e cancelamento voluntário de registro de companhia aberta: No dia 04 de agosto de 2021, a Companhia comunicou que foi solicitada à CVM, nos termos da Instrução CVM 400, a desistência do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Oferta"), tendo em vista a deterioração das condições dos mercados brasileiro e internacional que impactou diretamente os termos e condições da Oferta pretendida. Não obstante, a desistência do pedido de registro de Oferta em questão não impactou o registro de emissor na categoria A da Companhia deferido pela CVM em 11 de maio de 2021. Todos os Pedidos de Reserva foram cancelados e as Instituições Consorciadas comunicaram aos respectivos investidores a desistência da Oferta. Caso referidos investidores já tivessem efetuado qualquer pagamento, os valores depositados foram devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes. Em 07 de julho de 2022 a Companhia com anuência por parte da totalidade de seus acionistas e demais titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia, deu início aos trâmites para o cancelamento voluntário de seu registro de companhia aberta na categoria A. Em 24 de novembro de 2022 a Companhia recebeu ofício da CVM aprovando o pedido de cancelamento voluntário de registro de companhia aberta na categoria A, diante da obtenção da anuência por parte da totalidade dos acionistas e demais titulares de valores mobiliários em circulação de emissão da Companhia. Em razão do cancelamento de registro a Companhia passou a ser uma companhia de capital fechado. **2. Base de preparação e apresentação e das principais políticas contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações

tações ("OCPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações. **2.3. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. **2.4. Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.5. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e das suas controladas são os seguintes: • Provisão para perda esperada de crédito (Nota 2.19 e 6); • Vida útil do ativo imobilizado e do intangível (Nota 2.14, 2.15, 12 e 14); • Direito de uso e passivo de arrendamentos (Nota 2.17 e 13); • Provisão riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e provisões técnicas (Nota 2.20 e 22); • Análise de indicativos de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 2.18 e 14.1); • Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos (Nota 2.22 e 27); • Alocação do preço de aquisição das combinações de negócios (Nota 2.8 e 3); • Pagamento baseado em ações (Nota 2.24 e 29); • Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos e não faturados (Nota 2.21 e 24); • Cálculo do prazo de diferimento de comissões (Nota 2.21 e 10) • Mensuração atuarial PEONA e teste de adequação de passivos ("TAP") (Nota 2.20 e 15.1). **2.7. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de sua controlada indireta. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem o poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar o valor de seus retornos. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladores. Quando necessário, as demonstrações financeiras individuais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **2.8. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. O valor justo da contraprestação transferida decorrente de troca de ações é determinado utilizando o valor econômico da adquirente calculado pelo método do fluxo de caixa futuro descontado, uma vez que tanto a adquirida como a adquirente não possuem ações negociadas em bolsa. Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor da contraprestação a ser transferida utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a

diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente. • Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma. As participações de não controladores que correspondam a participações atuais e confirmem aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e outro CPC. Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado. **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. **2.9. Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide Nota 3). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. O Grupo, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de teste, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de teste, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição. **2.10. Classificação circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: **2.10. Classificação circulante e não circulante--Conti-** nuidade • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **2.12. Aplicações financeiras vinculadas:** Trata-se de fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor das respectivas provisões técnicas (mencionadas na Nota 5), além de aplicações financeiras atreladas como garantia de empréstimos e financiamentos. Por conta dessas características não compõem o grupo contábil de caixa e equivalentes de caixa referidos no item anterior. **2.13. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **2.14. Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) - exercício de 2022:

Computadores e periféricos	27% ao ano
Benfeitorias	12% ao ano
Móveis e utensílios	3% ao ano
Máquinas e equipamentos	21% ao ano
Móveis e utensílios	12% ao ano
Veículos	36% ao ano
Ativo de direito de uso	13% ao ano

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.15. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da

continua ...

... continuação

aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício 2022:

Marca com vida útil definida	5% ao ano
Carteira de clientes	11% ao ano
Software e outros	10% ao ano

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

2.16. Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução ao valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável com a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **2.17. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade fabril e máquinas: 1 a 20 anos • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores indicadores de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A

Athena Saúde Brasil S.A.

reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **2.19. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas eram: Aplicações financeiras vinculadas, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Parcelamentos de impostos, Contas a pagar – aquisição de empresas os quais foram classificados como "Custo amortizado" ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 720 dias para as empresas do segmento hospitalar e para as empresas do segmento de planos de saúde é considerado inadimplido os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos). No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser provável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.20. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisões técnicas (empresas do segmento de planos de saúde):** Provisões técnicas são constituídas nas controladas operacionais de acordo com normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e constam nessas demonstrações financeiras consolidadas da seguinte forma: a) *Provisões para prêmios/contraprestações não ganhos ("PPCNG")* A PPCNG é constituída pelo método "pro rata die", tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. Emissões antecipadas não são consideradas como prêmios emitidos nestas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não afetam a Provisão de Prêmios/Contribuições Não Ganhos (PPCNG). A Provisão para Prêmios/Contribuições Não Ganhos (PPCNG) é calculada nas controladas reguladas pela ANS, conforme determinam as normas desse órgão regulador. b) *Provisões de eventos/sinistros a liquidar – Outros prestadores ("PESL")* A PESSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Os valores são reconhecidos pelo valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados. c) *Provisão para eventos/sinistros a liquidar – Sistema Único de Saúde – ("PES-SUS")* A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados – Outros prestadores ("PEONA")* A provisão para eventos ocorridos e não avisados de Outros Prestadores (PEONA) é apurada por meio de estudo técnico atuarial, contido em Nota Técnica Atuarial, com objetivo de fazer face ao valor estimado dos eventos assistenciais que já tenham ocorridos anteriores a competência contábil e que não tenham sido avisados à Operadora, sob aspecto de reconhecido pelo valor da fatura dos prestadores de serviços e dos reembolsos solicitados. e) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados ("PEONA-SUS")* A provisão para eventos ocorridos e não avisados no SUS (PEONA SUS) é calculada a

partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado e informado mensalmente no site institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo sua forma de contabilização amparada pela Resolução Normativa nº 393/15 e suas alterações. **Teste de adequação de passivos ("TAP")** O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa considerarão todos os riscos assumidos até a data-base do teste. Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício. O teste foi efetuado pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais. O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas. O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório:** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão.

2.21. Reconhecimento da receita: Receita de contrato com clientes na atividade Hospitalar: Nas empresas hospitalares, as receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47/IFRS 15 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **Receita de clientes na atividade de Operadoras de Planos de Saúde:** O mercado de saúde suplementar presta um serviço de cobertura de riscos relacionados à assistência à saúde. A obrigação de garantir os riscos é contratual, portanto, todas as coberturas que constam no contrato devem ser garantidas pela operadora. Essa obrigação é relacionada a uma vigência contratual, a qual para os contratos coletivos normalmente é anual com pagamentos mensais e os contratos individuais têm vigência anual no primeiro ano e, após esse prazo, vigência indeterminada, também com pagamentos mensais. A receita de contraprestação/prêmio no mercado de saúde é reconhecida mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. Para cada período de risco coberto pela operadora, haverá o reconhecimento da receita. Nos contratos de plano de saúde, a precificação para o período de vigência mensal é reconhecida em uma conta de passivo específica, provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG). Ao final de cada mês, o valor reconhecido como PPCNG é apropriado ao resultado do período, como Receita de Contraprestação/Prêmio, em função do período de cobertura do risco já decorrido naquele mês. O termo "não ganha" significa que o período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu, portanto, a operadora ainda não prestou o serviço para o beneficiário do plano, que é a cobertura contratual dentro daquele prazo. A operadora não pode registrar esse valor como receita até que haja cobertura contratual decorrida no tempo. As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros são apropriadas pelo regime de competência. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **Custo para obtenção de contrato – Comissões Diferidas:** As despesas de comercialização que se referem as comissões de vendas pagas aos corretores são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos. Em 2021, para as controladas operadoras, adotou-se o diferimento das despesas pelo tempo de vida útil dos contratos, por tipo de carteira (individual, coletivo empresarial e coletivo por adesão), de até 59 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas antecipadas" no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. **2.22. Tributos: Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. **Tributos diferidos ativos e passivos:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **2.23. Custos de transação:** Custos de transação são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação de ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntu-

continua ...

... continuação

res e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Quando da emissão dos títulos, os valores são confrontados com o valor da captação e/ressarcidos dependendo da emissão primária ou secundária. Caso a emissão de títulos não seja efetivada, os valores ativados não reembolsados são registrados como despesa tão logo as condições de não emissão seja decidida. Esses custos estão na demonstração financeira na rubrica de despesas antecipadas. **2.24. Plano de incentivos de longo prazo ("stock options")** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, ele é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **2.25. Resultado por ação:** **Básico:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. **Diluído:** O resultado por ação diluído é calculado, quando aplicável, por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações. **2.26. Distribuição de lucros:** O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, o Brasil aderiu a esta nova norma através do CPC 50 – Contratos de Seguros, aprovado pela NBTG 50. Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminária, havendo algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. A IFRS 17 traz a necessidade da separação dos contratos de seguros em grupos de contratos, ou coortes com no máximo 12 meses de emissão, além disso, cada grupo de contrato passa a ser dividido com base na expectativa de rentabilidade apresentada nesses portfólios, onde o reconhecimento inicial pode ser classificado como: • Contatos que são onerosos no reconhecimento inicial; • Contrato que no reconhecimento inicial não tem qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente, e; • Contratos não onerosos. Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre os contratos e são segregados em três categorias: • Modelo Geral de Mensuração – BBA "Building Block Approach" É o modelo geral de mensuração do IFRS 17, pode ser aplicado a todos os contratos de seguros, exceto contratos que possuem características de participação direta. • Modelo de Abordagem de Alocação de Prêmios – PAA "Premium Allocation Approach" É um modelo de mensuração simplificado, permitido para grupos de contratos que tenham limite contratual de até 12 meses, para aplicação do PAA também é necessário que o resultado da mensuração não seja significativamente diferente caso o modelo de mensuração fosse o BBA. • Modelo de Abordagem de Taxa Variável – VFA "Variable Fee Approach" Modelo de mensuração aplicável a contratos que contenham características de participação direta e algumas outras condições. A norma prevê três tipos de abordagens de transição possíveis, estas poderão ser adotadas por portfólio: • Retrospectiva Completa • Retrospectiva Modificada • Valor Justo. A determinação da norma é de que a transição seja baseada no modelo de abordagem Retrospectiva Completa, entretanto, sua aplicação se dá de acordo com a disponibilidade e qualidade de dados desde a vigência inicial dos contratos de seguros. O Grupo Athena realizou estudos de implementação para adequação de seus registros contábeis a nova norma, apresentando sua divisão de portfólios, identificando seus modelos de mensuração e definições para abordagem de transição. Concluiu-se que parte substancial do seu portfólio é composta por contratos com limites contratuais de curto prazo, sendo que seus portfólios Saúde e Odonto, Coletivo por adesão e Empresarial, serão contabilizados pelo modelo PAA com abordagem de transição Retrospectiva Completa e portfólios Saúde e Odonto, Individual, serão contabilizados pelo modelo BBA, bem como está prevista uma abordagem de transição Retrospectiva Modificada. O Grupo Athena aplicará o CPC 50/IFRS 17 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023, a implementação encontra-se em andamento e, consequentemente, não há como mensurar e divulgar os impactos integrais da norma até. Após conclusão da implementação normativa os impactos serão divulgados na primeira demonstração financeira que inclua a data de início da aplicação da norma. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R11)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Combinação de negócios – 3.1. Combinação de negócios:** Não houve combinações de negócios ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e aquelas ocorridas no exercício comparativo foram as seguintes: **3.1.1. Aquisição do Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. ("HMCR")** Em 31 de julho de 2020, foi assinado o Contrato de Compra e Venda e de Subscrição Ações e Outras Avenças para aquisição do HMCR, por meio de controlada da Companhia. A transação não necessitou de aprovação do CADE, mas foi aprovada pela ANS em 10 de março de 2021, sendo concluída em 01 de abril de 2021, adquirindo 100% do capital social dessa Companhia. O HMCR é verticalizado, localizado na cidade Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná, e conta com 56 leitos hospitalares, cinco centros médicos de atendimento, uma unidade de pronto-atendimento e uma carteira de aproximadamente 37,7 mil beneficiários de planos de saúde, sendo estrategicamente importante para a expansão da Companhia no estado do Paraná. O valor da contraprestação

Athena Saúde Brasil S.A.

transferida para aquisição de 100% das ações (6.014 ações) do HMCR total foi de R\$41.651, sendo que R\$31.951 foi pago em moeda corrente nacional e R\$9.700 referente avarias (aquisição de imóveis). **3.1.2. Aquisição da Humana Saúde Sul ("Humana Sul")** Em 23 de dezembro de 2020 foi assinado, por meio de uma subsidiária da Companhia, o Contrato de Compra e Venda e de Subscrição Ações e Outras Avenças, com assinatura de aditivos em 11 de março de 2021, 23 de março de 2021, 01 de abril de 2021 e 01 de novembro de 2021, para aquisição das quotas representativas do capital social da Fátima Saúde. A transação foi aprovada pelo CADE em 26 de março de 2021 e pela ANS em 23 de março de 2021, sendo concluída a aquisição em 01 de abril de 2021. A Fátima Saúde tem sede em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, possui um centro médico integrado e conta com uma carteira de cerca de 26 mil beneficiários de planos de saúde e cerca de 1,2 mil beneficiários de planos odontológicos. Possui importância estratégica por contribuir com o processo de expansão na região Sul do Brasil e marca a entrada da Companhia no estado. A transação envolveu a controladora e uma de suas controladas onde as seguintes participações foram adquiridas por cada uma das entidades envolvidas:

Entidade adquirente	Percentual adquirido	Total da contraprestação transferida
Athena Brasil (a)	10,83%	R\$8.424
SRS (b)	89,17%	R\$67.945
Total	100,00%	R\$76.369

(a) Conforme mencionado na nota 1.1.2, corresponde a troca de 5.071.497 ações ordinárias entregue como parte da contraprestação transferida da Athena Brasil, para aquisição de participação na Fátima Saúde. (b) Pagamento a vista de R\$50.007, pagamento subsequente em 1 de novembro de 2021 de R\$2.454 e parcela retida de R\$15.484. **3.1.3. Aquisição Hospital das Clínicas de Alagoinhas S.A. ("HCA")** Em 11 de junho de 2021, através de subsidiária da Companhia, foi celebrado contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição de 93,75% do Hospital das Clínicas do HCA e aquisição futura de 6,25% pela Controladora através de troca de ações (Nota 1.1.2). As partes concordaram, através de certificado de fechamento, assinado em 30 de julho de 2021, que a parcela correspondente a 6,25% (156.250 ações preferenciais e 156.250 ações ordinárias) do capital social do HCA, pertencentes à empresa MR dos Reis Azi Unipessoal Ltda. ("MR dos Reis"), será incorporada pela Athena Brasil. Em contrapartida, os acionistas da MR dos Reis receberão 373.324 (trezentos e setenta e três mil, trezentas e vinte e quatro) ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações Subscritas"). A aquisição será consumada em momento posterior, conforme acordado entre as partes, após deliberações em AGE da Companhia e da MR dos Reis para incorporação. O atual acionista do HCA, receberá ações da Controladora. O total da contraprestação da transação referente a totalidade do capital da adquirida é de R\$138.100, dos quais R\$20.000 será retido para eventuais contingências (Nota 20). O Hospital Alagoinhas é um hospital geral de alta complexidade fundado em 1970 que conta atualmente com estrutura para 66 leitos, sendo 13 de UTI, além de quatro centros cirúrgicos e 31 consultórios. O Hospital está localizado na cidade de Alagoinhas, no estado da Bahia, com uma área de influência abrangendo uma população de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes. **3.1.4. Aquisição do Hospital e Maternidade São Marcos Ltda. ("São Marcos")** Em 06 de agosto de 2021, através de controlada da Companhia, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com o Hospital São Marcos, estabelecendo a aquisição, de 72,603% e aquisição futura de 27,397% pela Controladora através de troca de ações. As partes concordaram, através de aditivo assinado em 01 de setembro de 2021, data de fechamento da transação, que a empresa Giardino detentora de 27,397% (5.808.220 quotas de participação) do capital social do São Marcos, será incorporada pela adquirente, recebendo seus acionistas, em contrapartida, 865.052 ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Athena ("Ações Subscritas"). A operação foi concretizada em 1 de novembro de 2021, conforme mencionado na Nota 1.1.2. Foi

aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de novembro de 2021, a incorporação pela Companhia da Giardino Participações Ltda, mantendo o efeito da incorporação mencionado acima. O total da contraprestação da transação referente a totalidade do capital da adquirida é de R\$73.000, sendo R\$43.000 pagos à vista, R\$10.000 retido para eventuais contingências (Nota 20) e R\$20.000 mediante quitados mediante roll-up de ações, mencionado na Nota 1.1.2. Assim, de maneira efetiva, mesmo que indiretamente, em 01 de setembro de 2021, foram transferidas para o adquirente todas as ações acordadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de quaisquer espécies, sujeito a finalização do processo de incorporação pela Controladora. O São Marcos é um hospital geral de média complexidade fundado em 1962 com 103 leitos, sendo 22 de UTI, além de 8 salas cirúrgicas e 10 consultórios, está localizado na cidade de Maringá, Estado do Paraná, onde o Grupo tem expandido sua operação. **3.1.5. Aquisição do Grupo São Bernardo:** Em 7 de fevereiro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças para aquisição do Grupo São Bernardo ("GSB"), que é composto pelas seguintes empresas: São Bernardo Apart Hospital S.A., Casa de Saúde São Bernardo S.A., Centro Médico de Especialidades, Aliva Serviços Empresariais Ltda., Call Express Central de Atendimento Ltda. e São Bernardo Emergência Ltda. Em junho de 2020 a transação foi aprovada pelo tribunal do CADE, mediante o cumprimento de um Acordo de Controle de Concentrações ("ACC"), que exigiu, previamente ao fechamento da operação, desinvestimento de uma parcela da carteira de vidas no Espírito Santo. No dia 18 de agosto de 2021, em sessão de tribunal no CADE, foi aprovado o cumprimento do ACC e, portanto, autorizado o fechamento da operação de aquisição do Grupo São Bernardo, que foi realizado em 31 de agosto de 2021. As empresas adquiridas e respectivas participações estão detalhadas abaixo:

Entidade	Participação adquirida
São Bernardo Apart Hospital S.A. ("SBAH")	91,07%
Casa de Saúde São Bernardo S.A. ("CSSB") (a)	78,37%
Centro Médico de Especialidades Terap. E Diag. Capi-xenta Ltda. ("CMETDC")	100,00%
Ativa Serviços Empresariais Ltda. ("Ativa")	100,00%
Call Express Central de Atendimento Ltda. ("Call")	100,00%
São Bernardo Emergência Ltda. ("SBE")	100,00%
(a) A participação remanescente pertence à SAMES, também controlada do Grupo. A transação incluiu o pagamento de R\$331.945 à vista, em moeda corrente nacional até a data de fechamento, e retenção de parcela no montante de R\$80.000 (Nota 20) para garantia de contingências, e uma parcela variável ("Earn-out"), baseada no valor da Companhia, e, devida a partir de um evento de liquidez (venda de ações da adquirente, inclusive oferta pública de ações da Companhia). Essa contraprestação variável foi considerada igual a "zero" em 31 de dezembro de 2021, considerando que não existe obrigação corrente. Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia, através de suas controladas, acordou com os antigos acionistas do Grupo GSB em ajustar o preço da transação em R\$7.206, sendo descontado desse valor o montante de perdas materializadas em R\$3.501, e o montante líquido pago pelo Grupo de R\$3.705. O Grupo São Bernardo é verticalizado, com atuação no estado do Espírito Santo e conta com um hospital de alta complexidade, o qual inclui 89 leitos hospitalares, sendo 10 de UTI e carteira de aproximadamente 78 mil beneficiários. A contabilidade dos ativos líquidos do Grupo São Bernardo adquiridos, na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2021, foi realizada com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente. O período de mensuração não será superior a doze meses. Vide a apresentação da alocação de preço pago na nota 3.3.3.2. Ativos líquidos adquiridos em combinação de negócios: A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da combinação de negócios:	

	Fátima Saúde	HMCR	CSSB	SBAH	CME	Ativa	Call	SBE	HCA	São Marcos	Total
Ativos											
Caixa e equivalentes de caixa	25	10.543	702	2.407	1.532	51	1.120	18	171	2.924	19.493
Aplicações financeiras	2.159	3	58.883	1.964	166	890	286	310	3.151	-	67.812
Aplicações financeiras vinculadas	23.115	6.430	24.198	-	-	-	-	-	-	-	53.743
Contas a receber	1.196	6.889	14.405	4.298	3	283	734	-	35.982	8.344	72.134
Estoques	-	-	-	1.845	-	-	-	-	2.104	1.949	5.898
Tributos a recuperar	353	1.953	2.514	1.035	-	40	53	6	2.010	13	7.977
Despesas antecipadas	277	46	35	22	1	-	-	1	-	-	382
Outros ativos	161	3.916	168	4.617	119	8	-	1	413	122	9.525
Garantia de reembolso de contingência - ativo indenizatórios	32.616	685	61.001	1.323	-	-	2.529	-	1.542	108	99.804
Ativos fiscais diferidos	6.886	4.396	5.202	-	-	-	-	-	-	-	16.484
Depósitos Judiciais	668	18	8.962	-	-	-	-	-	356	-	10.004
Outros ativos não circulantes	254	4.560	-	30.026	-	-	-	-	91	58	34.989
Imobilizado	8.906	6.259	80.785	12.017	633	1	-	285	7.518	9.992	126.396
Imobilizado - direito de uso - IFRS 16	2.192	2.979	465	8.302	2.850	13	-	-	14.697	23.101	54.599
Intangível	10.231	21.536	21.283	24	-	-	-	-	4.498	4.165	61.737
Marca	-	-	2	-	-	-	-	-	2.205	2.686	4.893
Carteira de clientes	7.878	20.337	21.106	-	-	-	-	-	-	-	49.321
Não-competição	925	1.099	-	-	-	-	-	-	2.293	1.420	5.737
Licenças de uso	1.428	100	175	24	-	-	-	-	-	59	1.786
Passivos											
Fornecedores	441	2.901	9.402	1.642	1.011	3	3	6	3.388	2.651	21.448
Passivo de arrendamento	2.672	3.426	480	7.641	3.313	23	-	-	15.101	23.103	55.759
Provisões técnicas (ANS)	28.141	18.360	42.606	-	-	-	-	-	-	-	89.107
Empréstimos e financiamentos	886	12.141	13.340	2.002	-	-	-	-	-	-	230.28.599
Obrigações sociais e trabalhistas	1.205	2.657	578	3.233	731	991	172	131	2.963	2.839	15.500
Obrigações tributárias	1.477	2.378	3.616	2.031	236	156	110	24	2.113	1.685	13.826
Parcelamentos de tributos	1.434	6.211	6.743	4.054	-	-	-	-	217	-	18.659
Outros passivos	4.878	827	2.021	535	-	-	-	-	6.237	118	14.616
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	32.616	685	61.001	1.323	-	-	2.529	-	1.542	108	99.804
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	15.289	20.627	138.816	45.419	13	113	1.908	243	41.189	20.042	283.659
Participação adquirida	100%	100%	78,37%	91,07%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	15.289	20.627	108.790	41.363	13	113	1.908	243	41.189	20.042	249.576
Custos de transação: Os custos de transação de R\$14.813 (2020: R\$51.219) foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2021. Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:											

Ativo intangível adquirido	Técnica de avaliação	Definição
Marca	Royalties relief	Fluxo de caixa descontado, utilizando-se como base as informações de vendas, taxas de royalties e em consonância com a taxa vigente em mercado, descontado benefício/carga de imposto de renda, crescimento de vendas do mercado interno, constantes na projeção de avaliação econômica.
Carteira clientes	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Não-competição	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Licenças de uso	Valor justo	Intangíveis adquiridos na combinação de negócios e avaliados a valor justo na data de aquisição.

3.3. Alocação do preço pago: A seguir o demonstrativo do cálculo do ágio para as combinações de negócios ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Em 2021	Fátima Saúde	HMCR	CSSB	SBAH	CME	Ativa	Call	SBE	HCA	São Marcos	Total
Valor à vista	50.007	31.951	141.814	94.105	38.116	17.268	17.268	23.374	109.469	43.000	566.372
Valor da parcela a prazo	15.484	2.700	80.000	-	-	-	-	-	20.000	10.000	128.184
Step acquisitions (a pagar) (a)	3.890	-	-	-	-	-	-	-	8.631	-	12.521
Ajuste de preço compensado/a pagar (b)	(1.436)	(2.700)	1.995	846	343	155	211	-	-	-	(431)
Ajuste de preço pago	-	-	1.885	800	324	147	147	199	-	-	3.502
Outras avenças	-	9.700	-	-	-	-	-	-	-	-	9.700
Valor por troca de ações	8.424	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000	28.424
Total da contraprestação transferida	76.369	41.651	225.694	95.751	38.783	17.570	17.570	23.784	138.100	73.000	748.272
Participação adquirida	100%	100%	78,37%	91,07%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	15.289	20.627	108.790	41.363	13	112	1.908	243	41.189	20.042	249.576
Ágio por rentabilidade futura	61.080	21.024	116.904	54.388	38.770	17.458	15.662	23.541	96.911	52.958	498.696

(a) Conforme explicado nas notas 3.1, para as aquisições de Fátima Saúde, HCA e São Marcos, existia previsão de aquisição futura pela Controladora através de troca de ações (Operação realizada conforme descrito na Nota 1.1.2). (b) O ajuste de preço foi decorrente de alteração no capital de giro, endividamento líquido e capital regulatório, conforme acordado entre as partes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	45	22	43.568	20.233
Certificados de depósitos bancários ("CDBs") e outras aplicações	92.555	308.794	254.256	452.235
Fundos de investimento	126.744	202.980</		

Athena Saúde Brasil S.A.		Composição do saldo de investimento										Controladora					
		Consolidado		2022		2021		2021		2022		2021		2022		2021	
				2022		2021		2021		2022		2021		2022		2021	
Clientes faturados		354.842		269.336		2.013.961		-		242.545		(27.471)		618		2.229.653	
Clientes a faturar (a)		109.505		107.051		43.291		-		83		679		(103)		43.331	
Cartão de crédito		5.890		5.713		96.982		-		(33)		(38)		(1.567)		95.372	
(-) Provisão para perda esperada de crédito e glosas		(155.266)		(122.267)		29.098		(29.324)		-		162		64		-	
Total		314.971		259.833		43.882		-		-		3.112		(86)		46.908	
(a) Valor referente receita dos procedimentos realizados e serviços prestados aos beneficiários que ainda estão em processo de faturamento e/ou pendentes de envio aos convênios associados. A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:																	
		Consolidado		2022		2021		2021		2022		2021		2022		2021	
A faturar		109.505		107.051		8.115		(8.003)		-		3		(115)		-	
A vencer		128.833		89.138		8.455		-		-		245		(1.263)		7.437	
Vencidos:																	
Até 90 dias		77.072		54.866		20.587		(19.931)		(1.370)		933		(219)		-	
Entre 91 e 180 dias		18.094		23.374		-		-		-		-		-		-	
Entre 181 e 360 dias		31.888		29.674		-		-		-		-		-		-	
Acima de 360 dias		104.844		77.997		-		-		-		-		-		-	
Subtotal		470.236		382.100		-		-		-		-		-		-	
(-) Provisão para perda esperada de crédito		(155.265)		(122.267)		-		-		-		-		-		-	
Total		314.971		259.833		-		-		-		-		-		-	
Movimentação da provisão para perda esperada de crédito e glosas: A seguir a movimentação dos exercícios de 2022 e 2021:																	
Saldo em 31 de dezembro de 2020																	
Adições pela combinação de negócios																	
Reversões (Write-off)																	
Complemento de provisão PCLD																	
Complemento de provisão																	
Saldo em 31 de dezembro de 2021																	
Baixa por perda efetiva																	
Complemento de provisão PCLD																	
Complemento de provisão Glosas																	
Saldo em 31 de dezembro de 2022																	
Para maiores informações sobre a política de provisão de perda esperada de créditos e glosas vide Nota 2.22.																	
7. Estoques																	
		Consolidado		2022		2021		2021		2022		2021		2022		2021	
Medicamentos		29.223		21.683		-		-		-		-		-		-	
Materiais hospitalares		24.888		18.916		-		-		-		-		-		-	
Materiais de laboratório		1.006		945		-		-		-		-		-		-	
Materiais de higiene e limpeza		1.196		687		-		-		-		-		-		-	
Almoxarifado		4.625		1.904		-		-		-		-		-		-	
Outros materiais		1.984		2.827		-		-		-		-		-		-	
Total		62.922		46.962		-		-		-		-		-		-	
8. Tributos a recuperar																	
		Controladora		Consolidado		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
PIS e COFINS a recuperar		-		64		16.406		13.358		-		-		-		-	
Imposto de renda e contribuição social		10.166		2.168		71.604		50.261		-		-		-		-	
INSS a recuperar		-		-		3.611		4.414		-		-		-		-	
ISS a recuperar		-		-		3.491		2.449		-		-		-		-	
Outros impostos		-		8		1.750		1.155		-		-		-		-	
Total		10.166		2.240		96.862		71.637		-		-		-		-	
Circulante		-		2.240		86.624		71.565		-		-		-		-	
Não circulante		10.166		-		10.238		72		-		-		-		-	
9. Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório																	
		Controladora		Consolidado		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
Garantia de reembolso de contingências – GMI		-		-		8.473		3.602		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – VAH		-		-		28.113		29.202		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – SAMP		-		-		15.554		14.435		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – Multivida		-		-		10.092		9.995		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – Unihosp		9.502		12.007		25.388		35.475		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – CMM		-		-		7.602		4.593		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – HCN		451		373		10.888		9.345		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – Humana Sul		1.448		4.203		18.763		41.015		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – Sempre Vida		-		-		2.539		666		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – HCA		87		103		1.356		1.678		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – HSM		30		30		108		108		-		-		-		-	
Garantia de reembolso de contingências – GSB		-		-		49.399		64.856		-		-		-		-	
Deposito de garantia de aquisição de minoritários – GMI		-		-		1.321		1.429		-		-		-		-	
Total		11.518		16.716		179.596		216.399		-		-		-		-	
9.1. Movimentação da garantia de reembolso de contingências "GRC" – ativo indenizatório: O saldo de garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório no consolidado é originado pela composição acima. Os riscos legais da Companhia e de suas controladas na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia e suas controladas relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.																	
		Controladora		Consolidado		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
Adição por combinação de negócio		-		-		3.364		99.804		-		-		-		-	
Movimentação de valor (Adição)		-		-		2.280		43.290		-		-		-		-	
Movimentação de valor (Baixa)		-		-		(51)		(83.137)		-		-		-		-	
Atualização de provisão para demandas judiciais		-		-		(459)		(1.305)		-		-		-		-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-		-		16.716		216.399		-		-		-		-	
Movimentação de valor (Adição)		-		-		877		84.410		-		-		-		-	
Movimentação de valor (Baixa)		-		-		(1.931)		(52.175)		-		-		-		-	
Ajuste de preço – GSB		-		-		-		(7.024)		-		-		-		-	
Ajuste de preço – VAH		-		-		-		(7.126)		-		-		-		-	
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas		-		-		-		(39.781)		-		-		-		-	
Recebimento de indenizações		-		-		-		(2.000)		-		-		-		-	
Atualização de provisão para demandas judiciais		-		-		(4.144)		(13.107)		-		-		-		-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		-		-		11.518		179.596		-		-		-		-	
10. Despesas antecipadas																	
		Controladora		Consolidado		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
Comissões diferidas (a)		-		-		96.098		58.537		-		-		-		-	
Outras despesas antecipadas (b)		230		223		3.844		3.808		-		-		-		-	
Total		230		223		99.942		62.345		-		-		-		-	
Circulante		230		223		45.890		26.608		-		-		-		-	
Não circulante		-		-		54.052		35.737		-		-		-		-	
Total		230		223		99.942		62.345		-		-		-		-	
(a) As despesas de comercialização apuradas sobre vendas de contratos de planos de saúde e odontológicos são diferidas de acordo com a expectativa de vida útil calculada a partir do tempo médio de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. (b) Despesas com pagamento antecipado, com vigência de utilização em períodos subsequentes, as quais serão reconhecidas como despesas do período em que efetivamente forem incorridas, tais como apólices de seguros e contratos de serviços com prestação continuada. 11. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento:																	
		Participação direta		Controladora		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
Athena Healthcare Holding S.A.		100%		2.229.653		2.013.961		-		-		-		-		-	
Hospital do Coração de Natal Ltda.		3,67%		43.331		43.291		-		-		-		-		-	
Unihosp Serviços de Saúde Ltda. (Nota 1.2)		1,09%		95.372		96.982		-		-		-		-		-	
Athena Saúde Nordeste Holding S.A. (Nota 1.2)		-		-		29.098		-		-		-		-		-	
Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (Nota 1.2)		6,71%		46.908		43.882		-		-		-		-		-	
Fátima Saúde (Nota 1.2)		-		-		8.115		-		-		-		-		-	
Hospital das Clínicas de Alagoinhas Ltda. (Nota 1.2)		5,81%		7.437		8.455		-		-		-		-		-	
Hospital e Maternidade São Marcos Ltda. (Nota 1.2)		-		-		20.587		-		-		-		-		-	
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (Nota 1.2)		2,93%		2.441		-		-		-		-		-		-	
Humana Saúde Sul Ltda. (Nota 1.2)		0,13%		293		-		-		-		-		-		-	
Total				2.425.435		2.264.371											
12. Imobilizado – A movimentação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos saldos do consolidado da Companhia foi a seguinte:																	
		Controladora		Consolidado		2022		2021		2022		2021		2022		2021	
Computadores e periféricos		-		-		34		(6)		-		-		-		28	
Benefetórias		-		-		273		(7)		-		-		-		266	
Máquinas e equipamentos		-		-		995		(57)		-		-		-		938	
Móveis e utensílios		-		-		536		(23)		-		-		-		513	
Veículos		-		-		3		(1)		-		-		-		2	
Outros imobilizados		-		-		1.841		(94)		-		-		-		1.747	
Total		-		-		2.056		(187)		-		-		-		2.256	
a) Adição decorrente da incorporação do Hospital São Marcos pelo HBSM e Humana Sul ("Humana Sul") pela Humana Saúde Sul Ltda. (Antiga "Santa Rita Saúde"), conforme mencionado na nota explicativa 1.1.																	

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

14. Intangível

	Taxa média anual de amortização				Controladora	
	2021	Adição(a)	Amortização	2022		
Marca com vida útil definida	5%	657	(26)	631		
Carteira de clientes	11%	684	(18)	666		
Software e outros	10%	380	(29)	351		
Total		1.721	(73)	1.648		
Ágio por rentabilidade futura (a)		21.275		21.275		
Total		22.996	(73)	22.923		

(a) Adição decorrente da incorporação do Hospital São Marcos pelo HBSM e Humana Sul ("Humana Sul") pela Humana Saúde Sul Ltda. (Antiga "Santa Rita Saúde") conforme mencionado na nota explicativa 1.1.

	Taxa média anual de amortização						Consolidado	
	2021	Adição (b)	Baixas/Impairment (c)	Amortização	Transferência	2022		
Marca sem vida útil definida	10.385	-	-	-	(35)	10.350		
Marca com vida útil definida	5%	23.914	-	(1.529)	138	22.523		
Carteira de clientes	11%	280.061	10.264	(341)	(30.810)	(1.239)	257.935	
Software e outros	10%	53.130	43.291	(880)	(6.729)	(102)	88.710	
Total		367.490	53.555	(1.221)	(39.068)	(1.238)	379.518	
Ágio por rentabilidade futura		1.242.577	21.175	(31.118)	-	1.238	1.233.872	
Total		1.610.067	74.730	(32.339)	(39.068)		1.613.390	

(b) Adição decorrente dos ajustes nos valores provisórios contabilizados na aquisição em especial das empresas HCA e Grupo São Bernardo. Conforme disposto no CPC 15 - Combinação de Negócios, durante o período de mensuração, o adquirente deve reconhecer os ajustes nos valores provisórios da combinação de negócios e ajustá-los quando necessário. (c) Baixa do valor contábil das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment em contrapartida ao ágio nos montantes de R\$ 25.331 e R\$ 5.256, respectivamente. Para maiores detalhes vide nota 14.1 - Teste de redução ao valor recuperável.

	Taxa média anual de amortização						Consolidado	
	2020	Adição por combinação de negócio	Adição	Baixas	Amortização	Transferência	2021	
Marca sem vida útil definida	10.249	139	-	-	-	(3)	10.385	
Marca com vida útil definida	5%	20.322	4.755	-	(1.079)	(84)	23.914	
Carteira de clientes	11%	251.459	49.321	6.511	(101)	1.393	280.061	
Software e outros	10%	35.288	7.523	21.251	(4.104)	(4.412)	53.130	
Total		317.318	61.738	27.762	(4.205)	(34.013)	367.490	
Ágio por rentabilidade futura (a)		745.951	498.696	7.508	(10.688)	-	1.110	
Total		1.063.269	560.434	35.270	(14.893)	(34.013)	1.610.067	

14.1. Teste de redução ao valor recuperável - impairment: O ágio é submetido anualmente, ou sempre que apresentar indícios, à teste de redução do valor recuperável.

14. O teste de impairment foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos/ IAS 36 e os valores de ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. O Grupo determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Grupo CMM	71.426	71.426
CSSB	123.927	116.903
Humana Saúde Sul (Antiga Pro Salute)	61.076	61.076
HBSM	63.678	64.209
HCA	85.732	96.913
HCN	222.582	222.582
HMCR - Operadora	15.768	15.768
HMCR - Hospital São Pedro	7.044	7.044
Humana	31.557	31.557
Med Imagem	20.255	20.255
Medplan	14.532	14.532
Plena	4.195	4.195
Samp	150.448	150.448
Santa Maria	18.943	18.943
SBAH	54.388	54.388
Humana Saúde Sul (Antiga Santa Rita Saúde)	55.142	55.142
UNIHOSSP	215.848	215.848
VAH	17.331	16.092
Total	1.233.872	1.242.577

O Grupo realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e considerou, entre outros fatores, as seguintes premissas relevantes:

	2022	2021
WACC	15,13%	15,06%
Hospitais	17,97%	13,85%
Planos		

14. A média das seguintes premissas macro foram utilizadas para o período de abrangência dos cálculos:

	2022	2021
IPCA	5,8%	9,2%
PIB	3,1%	4,9%
SELIC	13,8%	9,3%
Custo médio da dívida	16,8%	12,3%

As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo; • Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação prevista para os próximos anos; • As premissas de custos e despesas operacionais seguiram a linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas; • As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima de cinco anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,1% a.a. A Administração da Companhia acredita que essa taxa de crescimento é justificada com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e de projeções de mercado. A perda por impairment das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. decorre, substancialmente, da ociosidade operacional dos hospitais. O teste de impairment realizado em 2022 indicou perda no nível dos ativos da UGC Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. (ativo imobilizado), no valor de R\$ 4.136, em mais valia no valor de R\$875 e no ágio no valor de R\$ 5.256. A UGC Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. sofreu perda por impairment no ágio no montante de R\$ 25.331.

Contrato/Modalidade	Custo da dívida (% a.a.)		Controladora		Consolidado	
	Vencimento		2022	2021	2022	2021
Debêntures	CDI + 2,3%	2026 - 2027	1.074.378	1.024.665	1.074.378	1.024.665
Cédula de Crédito Bancário - 4131	CDI + 1,6%	2025	-	-	106.257	151.704
Capital de giro	CDI + 2,4%	2022	-	-	-	13.702
Leasing - Investimentos	6,1% a 15,4%	2022 - 2026	-	-	925	1.681
	Variação cambial + Libor +					
Contrato de Empréstimo - General Electric Healthcare Financial Services	5,5% a 6,3%	2022 - 2024	-	-	412	1.302
Total			1.074.378	1.024.665	1.181.972	1.193.054
Circulante			54.761	30.614	104.449	94.483
Não circulante			1.019.617	994.051	1.077.523	1.098.571
Total			1.074.378	1.024.665	1.181.972	1.193.054

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	152.106	-	152.106
Adição por combinação de negócio	-	28.599	-	28.599
Adição	1.000.000	1.000.461	1.000.000	1.000.461
Juros incorridos e apropriação de custos	32.790	42.648	32.790	42.648
Amortizações	-	(15.014)	-	(15.014)
Juros pagos	-	(7.792)	-	(7.792)
Variação cambial	-	171	-	171
Custo de emissão	(8.900)	(8.900)	(8.900)	(8.900)
Amortização de custo de transação	775	775	775	775
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.024.665	1.193.054	1.024.665	1.193.054
Adição	300.000	300.000	300.000	300.000
Juros incorridos	145.199	162.481	145.199	162.481
Amortizações	(275.000)	(334.904)	(275.000)	(334.904)
Juros pagos	(120.223)	(138.298)	(120.223)	(138.298)
Variação cambial	-	(98)	-	(98)
Custo de emissão	(3.035)	(3.035)	(3.035)	(3.035)
Amortização de custo de transação	2.772	2.772	2.772	2.772
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.074.378	1.181.972	1.074.378	1.181.972

Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante são os seguintes:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	-	-	-	44.320
2024	272.208	329.116	318.446	377.644
2025	339.863	332.080	351.525	343.743
2026	340.917	332.855	340.923	332.864
2027 em diante	66.629	-	66.629	-
Total	1.019.617	994.051	1.077.523	1.098.571

16.1. **Garantias e obrigações restritivas ("covenants")** Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são garantidos por: (i) aval e (ii) alienação fiduciária de bens financiados. A Companhia se obriga ainda, como *covenant* referente à operação de debêntures (incluindo nova emissão de debêntures conforme (Nota 16.2) e demais operações de crédito, de forma consolidada, a manter nível de alavancagem financeira, monitorado analiticamente através da razão entre dívida financeira líquida e EBITDA, menor ou igual a 3,5x a partir de março de 2022. Adicionalmente, os contratos possuem cláusulas e obrigações restritivas relacionadas a hipóteses de vencimento antecipado das dívidas, como por exemplo adimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias, protesto de títulos, transferência do controle acionário. Em 29 de abril de 2022, foi aprovada, em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de debêntures

da Athena Brasil ("1ª Emissão"), entre outros temas, a alteração da periodicidade de mensuração dos covenants financeiros ("Índice Financeiro") de trimestral para anual, calculado após o término de cada exercício social. Na 2ª Emissão de Debêntures da Athena Brasil, realizada em março de 2022, houve a alteração da periodicidade de mensuração do Índice Financeiro de trimestral para anual. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants*. **16.2. Emissão de debêntures:** Em 12 de agosto de 2021, a Athena Brasil realizou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R\$1.000.000. As debentures são remuneradas a CDI + 2,31% ao ano, tem vencimento final em cinco anos contados da data de emissão, com amortização em três parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano, e são afiançadas por determinadas controladas da Companhia. Os recursos líquidos obtidos estão sendo utilizados para financiamento do plano de fusões e aquisições da Athena Brasil, com transações de M&A que visam reforçar o posicionamento estratégico da Companhia fortalecendo sua presença nos mercados em que já atua bem como expandindo sua presença no território nacional. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 20 de agosto de 2021. As condições contratuais restritivas ("*covenants*") estão explicadas na Nota 16.1 acima. **16.2.1. 1ª Emissão de debêntures da Athena Brasil - Aquisição Facultativa:** Em 14 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia a aquisição facultativa de 275.000 debêntures objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Aquisição Facultativa"). A aquisição facultativa foi realizada no mercado secundário, pelo saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures, e as debêntures adquiridas foram canceladas pela Companhia. A aquisição facultativa foi concluída em 21 de março de 2022. **1.6.2.2. 2ª Emissão de Debêntures da Athena Brasil:** Em 18 de março de 2022, a Athena Brasil realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R\$300 milhões. As debêntures da primeira série, no valor de R\$200 milhões, são remuneradas a CDI + 2,00% ao ano, tem vencimento final em março de 2027, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de março de 2025. As debêntures da segunda série, no valor de R\$100 milhões, são remuneradas a CDI + 2,0% ao ano, tem vencimento final em agosto de 2026, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de agosto de 2024. Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para negócios de gestão ordinária da Companhia e/ou de suas controladas, como reforço de capital de giro, de caixa e reperfilamento da dívida. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 28 de março de 2022. As condições contratuais restritivas ("*covenants*") estão explicadas na Nota 16.1 acima.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e gratificações a pagar	-	-	21.028	20.913
INSS e FGTS a recolher	-	-	32.297	15.065
Provisão sobre férias e encargos	-	-	43.543	38.210
Provisão para gratificações	-	-	2.295	2.467
Provisão para pagamento baseado em ações	33.756	9.742	33.756	9.742
Outras obrigações trabalhistas	-	-	11.169	9.157
Total	33.756	9.742	144.088	95.554

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS a recolher	136	228	23.208	16.298
ISS a recolher	-	-	77.511	58.904
IRPJ e CSLL a recolher	-	145	41.938	23.859
IRRF a recolher	1	48	6.473	2.787
Outros impostos a recolher	51	-	13.508	10.924
Total	188	421	162.638	112.772
Circulante	188	421	156.494	107.413
Não circulante	-	-	6.144	5.359

19. **Parcelamento de tributos** - Entre os anos de 2011 e 2013, mediante Leis nº 11.941 e nº 12.966, e em 2017, mediante Lei nº 13.496, as investidas da Companhia realizaram parcelamentos de dívidas tributárias. Foram realizados parcelamentos de dívidas de PIS, COFINS, IPI e INSS. O saldo em aberto no consolidado é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Secretaria da Receita Federal - SRF	32.368	35.115
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	10.992	11.366
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	12.531	13.549
Parcelamento Municipal - ISS	5.149	-
Total	61.040	60.303
Circulante	10.184	8.863
Não circulante	50.856	51.167

A movimentação dos parcelamentos de impostos no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	51.636
Adição por combinação de negócio	18.659
Adição	6.589
Juros incorridos	3.185
Amortização de principal	(15.068)
Juros pagos	(4.971)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	60.303
Adição	5.237
Juros incorridos	4.490
Amortização de principal	(4.208)
Juros pagos	(5.409)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	61.040

Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante são os seguintes em 31 de dezembro de 2022:

Ano de vencimento	2022
2024	10.681
2025	7.784
2026	7.526
2027	7.401
2028 em diante	17.464
Total	50.856

20. Contas a pagar - aquisição de empresas

	Consolidado	
	2022	2021
Aquisição de parcela minoritária GMI - valor depositado	1.321	1.429
Aquisição Grupo CMM	19.051	20.031
Aquisição SAMP e SAMES	7.420	17.655
Aquisição UNIHOSSP	9.247	14.268
Aquisição GMI	-	10.249
Aquisição UTIN	876	1.155
A		

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – 28.1. Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. **28.2. Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. **28.3. Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a

Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotam a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R\$314.971 (R\$259.833 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **28.4. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julga adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

Premissa	Índice
Volatilidade esperada	53,18% ao ano calcula com base na média do histórico das ações de outras companhias do mesmo setor.
Inflação projetada	6,11% estimado com base no NTN-B Principal. Foi utilizado o título do tesouro com vencimento em 2026 como referência média, considerando as alternativas de vencimento dos títulos disponíveis e o prazo médio de vida das opções.
Taxa de juros livre de risco	Taxa média de 12,83% DI futuro estimado com base na data de vencimento das opções

Movimentação durante o período: Em 16 de abril de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social, à razão de 4:1, sendo mantido o valor do capital social da Companhia. A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o período, considerando o grupamento:

	Quantidade	MPPE (R\$)
Em aberto em 16 de abril de 2021 – data do grupamento	15.945.026	3,92
Outorgadas durante o período	918.932	4,31
Canceladas durante o período	(537.778)	(3,94)
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	16.326.180	4,29
Outorgadas durante o período	3.335.383	4,11
Canceladas durante o período	(3.001.378)	3,82
Exercíveis em 31 de dezembro de 2022	16.660.185	3,89

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real. Os efeitos relacionados com planos de pagamento baseado em ações foram refletidos conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	Nota	2022 2021
Ativo		
Ativos fiscais diferidos	30.628	15.064
Passivo		
Obrigações sociais e trabalhistas	33.756	9.742
Patrimônio líquido		
Pagamento baseado em ações	56.326	34.564

Resultado
Despesa com pagamento baseado em ações 25 (45.776) (18.584)
30. Cobertura de seguros – A contratação de apólices de seguros da Companhia é realizada a nível de grupo econômico de forma que tanto a Companhia quanto suas controladas contêm cobertura dos sinistros nos termos das respectivas apólices. Os seguros são contratados com base na natureza da operação. Conforme demonstrado abaixo, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha apólices de seguros compreensivos, para cobertura de incêndios, raios, explosões e impropriedades relacionados aos riscos declarados de suas unidades em operação, equipamentos de alto custo e veículos, bem como seguro de vida de funcionários e de responsabilidade civil para os administradores, diretores e conselheiros do Grupo.

Itens	Tipo de Cobertura	Limite de Indenização
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Compreensivo, Incêndio Queda de raio, Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas, perdas/pagamentos de aluguel, roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoroamento, equipamentos eletrônicos, dentre outros	R\$150.500
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros, cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros	R\$100.000
Frota de Veículos	Compreensivo, danos materiais, danos corporais e bens móveis	Ajustável
Funcionários	Seguro de vida dos funcionários do Grupo	R\$156.640

31. Transações que não afetaram caixa – Transações abaixo relacionadas não afetaram o caixa no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Direito de uso – Adições e remensurações	–	–	24.392	54.716
Troca de ações na aquisição	8.641	28.424	–	28.424
Aumento de Capital com troca de ações	–	57.128	–	57.128
Cisão da Athena Bahia	2.000	–	–	–
Incorporação de controladas	29.568	–	–	–
Parcelamento de impostos	–	–	–	6.589
Ganho/perda por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios	179	33.944	–	33.944
Compensação de contingência com garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	4.144	459	(13.107)	1.305
Contas a pagar relativas as aquisições em etapas	–	28.631	–	156.569
Ajuste de preço de aquisição – ágio de rentabilidade futura e contas a pagar aquisição de empresa	–	–	7.470	11.119

32. Eventos subsequentes – Incorporação da Multivida pelo Med Imagem: Em 01 de janeiro de 2023 a Multivida foi incorporada pelo Med Imagem em decorrência do programa de reorganização societária, tendo todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente para o Med Imagem. **Incorporação da Unihosp pela Humana:** Em 18 de janeiro de 2023 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da Unihosp pela Humana. A Humana sucedeu a Unihosp em todos os direitos e obrigações. Em 01 de fevereiro de 2023 o acervo patrimonial da Unihosp foi absorvido pela Humana e por consequência, ocorreu a extinção de Unihosp, com aumento do capital social na Humana no montante de R\$13. **Incorporação do HCN pela Athena Healthcare:** Em 01 de fevereiro de 2023 a Hospital Coração de Natal Ltda. foi incorporado pela Athena Healthcare que o sucedeu em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial do HCN foi absorvido por Athena Healthcare e por consequência, ocorreu sua extinção, resultando em um aumento de capital social na Athena healthcare no montante de R\$ 4.185. **Decisão STF – eficácia da coisa julgada tributária:** Em decisão tomada em fevereiro de 2023 por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Na prática, todas aquelas decisões favoráveis de inexigibilidade de tributos as quais os contribuintes conseguiram e, posteriormente, a mesma matéria foi julgada de forma desfavorável pelo Supremo, terão os seus efeitos cessados inclusive retroativamente, respeitadas, no entanto, a anterioridade anual e/ou onagesimal (quando não se pode cobrar um tributo imediatamente) a depender do tributo em questão. Com base em opinião legal dos assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas realizaram o levantamento sobre os impactos tributários, no qual, especificamente sobre a CSLL, não existem autações em curso envolvendo a Companhia e suas controladas com algum tipo de isenção ou exigibilidade suspensa da contribuição. Ampliando o escopo da análise aos demais tributos de pagamento contínuo, a Companhia e suas controladas não possuem decisão judicial material proferida em ação individual transitada em julgado, seja pelo reconhecimento de determinado tributo, seja pelo não recolhimento, cujo entendimento tenha sido modificado por posterior decisão do STF proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou sob a sistemática da repercussão geral.

31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.074.378	1.450.294	92.112	66.057	405.862	886.262	–
Fornecedores	1.095	1.095	1.095	–	–	–	–

31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.181.972	1.573.540	122.463	94.806	457.937	898.334	–
Parcelamentos de impostos	61.040	61.040	5.279	4.905	10.681	22.713	17.462
Fornecedores	117.883	117.883	117.883	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	248.595	426.712	23.857	23.856	82.260	98.432	198.307
Dividendos a pagar	2.893	2.893	–	2.893	–	–	–
Contas a pagar – aquisição de empresas	155.230	197.608	9.841	38.798	39.278	109.691	–

31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.024.665	1.024.665	31.702	(1.088)	(2.213)	996.264	–
Contas a pagar – aquisição de empresas	8.631	8.631	8.631	–	–	–	–
Fornecedores	3.436	3.436	3.436	–	–	–	–

31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.193.054	1.193.054	65.807	32.728	44.320	1.050.199	–
Parcelamentos de impostos	60.030	60.030	4.597	4.268	9.073	18.706	23.386
Fornecedores	72.059	72.059	72.059	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	247.797	247.797	10.651	10.213	39.251	80.831	106.851
Dividendos a pagar	2.690	2.690	–	2.690	–	–	–
Contas a pagar – aquisição de empresas	206.585	206.585	35.701	24.638	33.204	107.502	5.540

Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. **28.5. Categoria dos instrumentos financeiros**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Circulante:				
Aplicações financeiras restritas	–	–	332.305	275.335
Contas a receber	–	–	314.971	265.090
Partes relacionadas	4.547	–	–	–
Não circulante:				
Partes relacionadas	–	–	66.982	59.935
Passivos financeiros				
Circulante:				
Fornecedores	1.095	3.436	117.883	72.059
Arrendamentos	–	–	23.768	20.998
Empréstimos e financiamentos	54.761	30.614	104.449	94.483
Dividendos a pagar	–	–	2.893	2.690
Contas a pagar – Aquisição de empresas	–	–	44.603	60.339
Parcelamentos de impostos	–	–	10.184	8.863
Não circulante:				
Arrendamentos	–	–	224.827	226.799
Contas a pagar – Aquisição de empresas	–	–	110.627	146.246
Empréstimos e financiamentos	1.019.617	994.051	1.077.523	1.098.571
Parcelamentos de impostos	–	–	50.856	51.167
			Controladora	Consolidado
			2022	2021
	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo

Ativos financeiros
Circulante:
Aplicações financeiras 219.299 514.774 391.462 708.216
Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **28.6. Hierarquia do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas, com o objetivo de mensurar um montante em valor contábil. A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1. Mercado Ativo: Preço-SE os preços cotados foram pronta e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem Mercado Ativo: “Inputs” para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não efetuou transferências entre níveis hierárquicos. **28.7. Gestão**

do risco de taxa de juros: A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, ela não possui histórico de aquisições de empréstimos que não seja via combinação de negócios (os quais não são renovados após a quitação dos saldos). Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta indexada ao CDI totalizava R\$1.180.635 (R\$1.190.071 em 31 de dezembro 2021). O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. Em 31 de dezembro de 2021, o CDI foi de 13,65%, conforme obtido na B3. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização da ordem de 25% e 50% do CDI acumulado e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

	Cenário I - Deterioração de 25%		Cenário II - Deterioração de 50%	
	Base de cálculo	25%	50%	50%
Operação				
Aplicações indexadas ao CDI	723.767	24.699	49.397	–
Empréstimos indexados ao CDI	(106.257)	(3.626)	(7.252)	–
Debêntures indexadas ao CDI	(1.074.378)	(36.663)	(73.326)	–
Resultado de Juros sobre o caixa líquido indexado em CDI		(15.590)	(31.181)	–
	Cenário atual	Cenário I	Cenário II	
Taxa anual do CDI em dezembro de 2022	13,65%	17,06%	20,48%	
Varição que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,41%	6,83%	

29. Pagamento baseado em ações: O plano de pagamento baseado em ações foi originalmente outorgado considerando as ações da Athena Healthcare, em 31 de janeiro de 2020. Entretanto, como parte da reestruturação societária do Grupo, em 30 de setembro de 2020 a Companhia aprovou a migração do Plano com os mesmos termos e características aprovados na AGE originária da respectiva outorga. Tal modificação não trouxe impactos para os participantes no respectivo plano. Em 01 de outubro de 2020 foi realizada uma nova outorga pela Companhia, por meio de aprovação em assembleia realizada pelo Conselho de Administração da Companhia. Novas outorgas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2021 e 01 de novembro de 2021. O plano concede opções de compras de ações para os profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, dentre os Administradores, Executivos, Empregados da Companhia e suas controladas. O plano foi dividido em 3 lotes: • Lote 1 (prazo de carência de 2, 3 e 4 anos em relação à data de outorga); • Lote 2 (prazo de carência de 3, 4 e 5 anos em relação à data de outorga); • Lote 3 (prazo de carência de 4, 5 e 6 anos em relação à data de outorga). As condições de carência ligadas ao desempenho da companhia foram: • Performance de mercado: Valorização mínima da ação, atingindo ao menos 3x o preço de exercício da outorga; • Performance “não de mercado”: o direito às opções só é adquirido se/quando houver o IPO. Para todos os lotes, o vencimento das opções é um ano após o fim da carência e há lockup de seis meses para exercer as opções do primeiro terço das ações outorgadas. Caso a oferta inicial de ações da Companhia (IPO), seja realizada antes do prazo de carência, poderá haver antecipação do prazo de carência de 1/3 das opções. O Conselho de Administração poderá definir em cada Contrato de Opção outras hipóteses de antecipação do prazo de carência. Para o exercício das opções outorgadas, os participantes deverão pagar um preço de exercício por opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá optar por liquidar as opções exercidas em dinheiro, ação na B3 S.A. no dia do exercício, caso o evento de liquidez seja um IPO e as opções venham a ser exercidas após o IPO; ou (ii) se o evento de liquidez não for um IPO, o preço de compra por ação pago pelo terceiro no evento de liquidez; em qualquer caso a Companhia mediante o pagamento do delta positivo entre o preço de exercício e (i) o preço da ação da Companhia no IPO, caso as opções sejam exercidas no contexto do IPO; (ii) o preço de cotação da descontinuará e reterá quaisquer tributos aplicáveis. A Companhia utiliza o modelo de cálculo binomial para definir o valor justo das ações de seu plano. As premissas relevantes aplicadas no modelo são as seguintes:

Diretores		Controlador
Fábio Minamisawa Hirota	Pedro Guilherme Calandrino	Rodrigo Nogueira Silva – CRC CE - 023.516/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Aos Acionistas e aos Administradores da **Athena Saúde Brasil S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Athena Saúde Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”,
continua ...

Publicidade Legal

... continuação

incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment) – ágios:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.18 e 14.1, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível de ágios gerados em combinações de negócios. Tais ativos são avaliados anualmente com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo os ágios, devem ser submetidos a testes de *impairment* anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões técnicas relacionadas a planos de saúde – PEONA:** Conforme descrito nas notas explicativas 2.20 e 15, às demonstrações financeiras a Companhia possui controladas do segmento de operadoras de planos de saúde, e consequentemente registra os passivos relacionados a determinadas provisões técnicas atuariais, em especial a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). Os cálculos para determinação de seus valores e do seu teste de adequação de passivos (TAP), são complexos e requerem alto grau de julgamento, principalmente na determinação de metodologias, premissas e estimativas de valores. Em função dos fatores descritos e da relevância dos montantes envolvidos, bem como do impacto que eventuais mudanças nas metodologias e premissas possam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Dentre nossos procedimentos de auditoria, avaliamos com o auxílio de nossos especialistas atuariais, as metodologias utilizadas na mensuração da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e no Teste de Adequação de Passivos (TAP), quanto a consistência dos dados e razoabilidade das premissas.

Athena Saúde Brasil S.A.

Adicionalmente, efetuamos o recálculo das Provisões Técnicas considerando a metodologia atuarial do cálculo e do teste de adequação desse passivo. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a avaliação da suficiência das divulgações nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas 2.20 e 15. Como resultado dos procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de reversão na PEONA, sendo este ajuste registrado pela Companhia tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas como um todo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a PEONA e o TAP, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejada e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Brasília, 20 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador
CRC DF-012460/O

Vettiva Pesquisa, Desenvolvimento e Comércio de Farmacêuticos e Produtos para Saúde Animal Ltda.

CNPJ/ME nº 43.739.665/0001-24 – NIRE 35.237.882.808

Extrato da Ata de Reunião de Sócios realizada em 27 de março de 2023

Data, Hora e Local: Aos 27 dias do mês de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da **Vettiva Pesquisa, Desenvolvimento e Comércio de Farmacêuticos e Produtos para Saúde Animal Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na sede na Avenida Paulista, 171, Edifício Dom Pedro I de Alcantara, Bela Vista, CEP 01311-904. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação nos termos do § 2º do Artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"). **Presença:** sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Sociedade subscrito e não integralizado, e dispensa de integralização do capital subscrito e não integralizado, em razão de erro material constante do Contrato Social da Sociedade. **Deliberações:** As sócias aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) a redução do capital social da Sociedade subscrito e não integralizado, com base nos Artigos 1.082, inciso II, e 1.084, do Código Civil, por considerarem-no excessivo para a consecução do objeto social da Sociedade, sendo a respectiva redução no montante de R\$ 260.292,00 (duzentos e sessenta mil, duzentos e noventa e dois reais) ("Capital Não Integralizado"), com o cancelamento de 260.292 (duzentos e sessenta mil duzentos e noventa e duas) quotas representativas do capital social da Sociedade; e (ii) a dispensa de integralização do Capital Não Integralizado. As sócias consignam que a redução de capital ora deliberada e aprovada está sendo realizada em razão de um equívoco material no instrumento de constituição da Sociedade, em que, na sua Cláusula 6.1., constou erroneamente, que o capital social da Sociedade é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em (a) R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a sócia Panarea Partners Consultoria Técnica e Desenvolvimento De Negócios em Saúde Ltda. ("Panarea"); e (b) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a sócia Syn Biotec Ltda. ("Syn"), e, ainda, que a sócia Syn teria a obrigação de integralizar o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no capital social da Sociedade em até 02 (dois) anos, contados da data de assinatura do Contrato Social. No entanto, nem a composição do quadro societário da Sociedade, tampouco a obrigação de integralização de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no capital social pela Syn eram a intenção real das sócias quando da assinatura do Contrato Social. Sendo assim, as sócias resolvem reduzir o Capital Não Integralizado, nos termos do artigo 1.082, inciso II, e 1.084, do Código Civil, e, portanto, a sócia Syn fica dispensada de integralizar o Capital Não Integralizado. Em razão da redução do Capital Não Integralizado, e da dispensa de integralização do Capital Não Integralizado, o capital social da Sociedade passa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para R\$ 239.708,00 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos e oito reais), o qual é distribuído entre as sócias da seguinte forma: (i) a sócia Panarea é titular de 6.000 (seis mil) quotas, no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais); e (ii) a sócia Syn é titular de 233.708 (duzentas e trinta e três mil, setecentas e oito) quotas, no valor total de R\$ 233.708,00 (duzentos e trinta e três mil, setecentos e oito reais). **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo (SP), 27 de março de 2023. (aa) Mesa e Sócios.

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 – NIRE 35.300.041.330

Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 17/04/2023, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala A, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício; (iii) eleger os Diretores para o biênio de 2023/2025; e, (iv) fixar suas remunerações para o período compreendido entre o dia 18/04/2023 e a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024. São Paulo, 03/04/2023. **Ivan Soldan Salema** – Diretor. (05, 06 e 07/04/2023)

SPRS PLATÃO CAPITAL II S.A.

CNPJ/MF 49.933.670/0001-50 - NIRE 35300610971

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 23 DE MARÇO DE 2023

1. Data, Hora e Local: 23/03/2023, às 10 hrs, na Av. Paulista, nº 1636, cj 4, sala 1, Bela Vista, São Paulo/SP. 2. Convocação e Presença. Dispensadas as formalidades da convocação em vista do comparecimento da totalidade dos acionistas da Cia, nomeados e qualificados na Lista de Presença anexa à presente ata. 3. Mesa Diretora. Salvador Pastore Neto, presidente da mesa, e Diogo Martins Rosa, secretário. 4. Ordem do Dia. Deliberar sobre: a. alteração das Cláusulas 2.1.4.1., 2.1.5.1., 4.4.1.2. e 5.2.2 e inclusão das Cláusulas 4.2.5.4. e 4.2.5.4.1., na Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, da Companhia ("Escritura de Emissão"); b. autorização para que os Diretores da Cia assinem 1º (primeiro) aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento"); c. ratificação de todos praticados pelos Diretores da Companhia até esta data para a formalização da Emissão de Debêntures. 5. Deliberações: Após analisar e discutir a minuta do Aditamento, decidiram os acionistas, por unanimidade de votos: a. aprovar alteração das Cláusulas 2.1.4.1., 2.1.5.1., 4.4.1.2. e 5.2.2 e a inclusão das Cláusulas 4.2.5.4. e 4.2.5.4.1. na Escritura de Emissão, ratificando todas as suas demais disposições, que permanecerem inalteradas; b. autorizar os diretores da Companhia a assinar o Aditamento à Escritura de Emissão e providenciar o seu registro em Junta Comercial e em Cartório de Títulos e documentos, conforme aplicável; c. ratificar os atos praticados pelos diretores da Companhia até esta data para a formalização do Aditamento. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que foi lida e aprovada por unanimidade dos acionistas. A presente Ata é cópia integral da ata registrada em livro próprio. Mesa: SALVADOR PASTORE NETO - Presidente, DIOGO MARTINS ROSA - Secretário.

Números do mercado financeiro

-0,58%

Dow Jones (Nova York):

-0,59%

DÓLAR compra/venda

Nasdaq (Nova York):

-0,52%

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0756 / R\$ 5,0762 **

CAC 40 (Paris): -0,01%

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0828 / R\$ 5,0830 *

Dax 30 (Frankfurt): 0,14%

Turismo - R\$ 5,180 /

R\$ 5,287

Financial 100 (Londres):

(*) cotação média do

mercado

-0,5%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,35%

(**) cotação do Banco

Central

Hang Seng

(Hong Kong): -0,66%

Varição do câmbio livre

mercado

Shanghai Composite

(Xangai): 0,49%

no dia: 0,25%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,31%

OURO BM&F

R\$ 326,00

Merval (Buenos Aires):

-1,26%

IPC (México): 0,52%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO IPCA/IBGE

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,36%

Pontos: 101.869

Volume financeiro:

R\$ 20,338 bilhões

Maiores altas: Rede D'OR

ON (4,55%), PetroRio

ON (4,48%), Hypera ON

(4,04%)

Maiores baixas: CVC

Brasil ON (-5,37%),

Via ON (-4,42%), 3R

Petroleum ON (-3,54%)

S&P 500 (Nova York):

Janeiro 2022: 0,54%

Fevereiro 2022: 1,01

Março 2022: 1,62%

Abril 2022: 1,06%

Maio 2022: 0,47%

Junho 2022: 0,67%

Julho 2022: -0,68%

Agosto 2022: -0,36%

Setembro 2022: -0,29%

Outubro 2022: 0,59%

Novembro 2022: 0,41%

Dezembro 2022: 0,62%

Janeiro 2023: 0,53%

C&A Modas S.A.

CNPJ/ME nº 45.242.914/0379-55

NIRE nº 3590542841-1

Aviso de Extravio de Livros Societários

A C&A Modas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.242.914/0379-55, estabelecida na Avenida Arterial Sul, nº 451, Blocos C7 e C8, Parque Ipê, São Paulo/SP, CEP: 05.571-010 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3590542841-1, comunica à praça e ao mercado em geral para diversos fins, o extravio do seu Livro 6: Registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrência – Data do Extravio: 04/01/2023.

C&A Modas S.A.

CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05

NIRE nº 3530054276-2

Aviso de Extravio de Livros Societários

A C&A Modas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.242.914/0001-05, com sede na Alameda Araguaia, nº 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri/SP, CEP: 06455-000 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530054276-2, comunica à praça e ao mercado em geral para diversos fins, o extravio do seu Livro 6: Registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrência – Data do Extravio: 04/01/2023.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4936

Dólar (EUA) - 5,0762

Franco (Suíça) - 5,5967

Iene (Japão) - 0,03857

Libra (Inglaterra) -

6,3453

Peso (Argentina) -

0,02408

Peso (Chile) - 0,00624

Peso (México) - 0,2797

Peso (Uruguai) - 0,1316

Yuan (China) - 0,738

Rublo (Rússia) -

0,06378

Euro (Unidade

Monetária Europeia) -

5,5595

Acqio Holding Participações S.A.

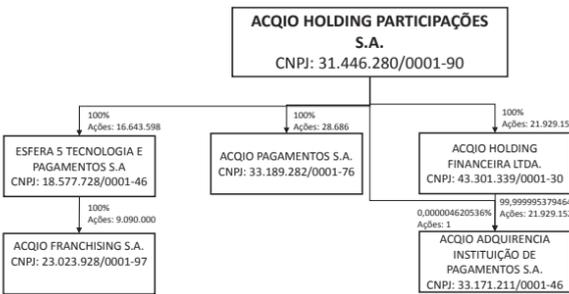
CNPJ/MF nº 31.446.280/0001-90

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	32	29	5.300	15.368	Fornecedores		120	21	7.750	4.806
Transações a receber dos emissores	5	-	-	234.173	165.791	Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	11	87	-	91.676	54.820
Contas a receber		-	-	4.550	3.109	Empréstimos	12	-	-	31.022	5.321
Estoques	6	-	-	4.211	4.614	Debêntures	13	32.960	12.637	32.960	12.637
Tributos a recuperar	7	117	94	5.961	8.262	Obrigações por arrendamento		-	-	124	-
Outros créditos		134	160	4.428	3.512	Obrigações trabalhistas		-	-	20	4.818
Partes relacionadas	10	4.487	-	-	-	Tributos a recolher	14	86	66	1.242	1.347
Total do ativo circulante		4.770	283	258.623	200.656	Outras obrigações		-	-	1.001	118
Não circulante						Total do passivo circulante		33.253	12.744	170.593	82.137
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	5.801	5.178	159.607	61.943	Empréstimos	12	-	-	14.170	8.780
Partes relacionadas	10	5.176	4.519	13.154	11.791	Debêntures	13	12.595	38.588	12.595	38.588
Transações a receber dos emissores	5	-	-	150	350	Obrigações por arrendamento		-	-	32	-
Outros créditos		121	108	1.400	1.317	Provisão para perdas com investimentos	8	27.367	-	-	-
Investimentos	8	5.421	52.000	-	-	Tributos a recolher	14	-	-	669	467
Direito de uso		-	-	129	-	Partes relacionadas	10	42.098	1.736	42.098	779
Imobilizado		150	189	10.725	10.533	Obrigações com cotistas seniores	15	-	-	328.291	171.393
Intangível	9	-	-	31.072	24.838	Provisão para contingências	16	320	-	607	75
Total do ativo não circulante		16.669	61.994	216.237	110.772	Total do passivo não circulante		82.380	40.324	398.461	220.082
Total do ativo		21.439	62.277	474.860	311.428	Patrimônio líquido	17				
						Capital social		104.567	104.566	104.567	104.566
						Transações de capital entre sócios		(27.600)	(27.600)	(27.600)	(27.600)
						Prejuízos acumulados		(170.161)	(67.757)	(171.161)	(67.757)
						Total do patrimônio líquido		(94.194)	9.209	(94.194)	9.209
						Total do passivo e do patrimônio líquido		21.439	62.277	474.860	311.428

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia – a) Contexto operacional: A Acqio Holding Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 1º de agosto de 2018. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, de qualquer natureza e tipo societário. A Companhia é a controladora, direta ou indiretamente, do Sistema Acqio que é constituído pelas seguintes empresas: • Acqio Franchising S.A. ("AF"); • Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. ("Esfera 5"); • Acqio Pagamentos S.A. ("AP"); • Acqio Holding Financeira Ltda. ("AHF"); e • Acqio Adquirência Instituição de Pagamentos S.A. ("AA"). O organograma societário do grupo é o seguinte:



A ACQIO é uma fintech com foco em entregar as melhores soluções de pagamento para o varejo brasileiro. Presente em mais de 2.500 municípios brasileiros, a Companhia possui na Esfera 5 sua subadquirente e na Acqio Adquirência sua adquirente. b) Situação econômico-financeira: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 103.405 (R\$ 22.745 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 a controladora apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 28.483 e conforme o balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido é positivo em R\$ 88.029 (R\$ 118.519 em 31 de dezembro de 2021) e os prejuízos acumulados consolidado montam em R\$ 171.161 (R\$ 67.757 em 31 de dezembro de 2021). O capital circulante líquido negativo da controladora decorre do fato de que a captação das debêntures comentadas na Nota 14 ter sido feita pela controladora. Os recursos captados foram integralmente aportados na operação das controladas via aumento do capital social da Esfera 5, conforme demonstrado na Nota 8(c). Os recursos necessários à liquidação das obrigações de curto prazo da controladora, substancialmente representadas pelas parcelas vencíveis das debêntures, virão das operações das controladas que, conforme comentado anteriormente apresentam capital circulante positivo de R\$ 88.029 em 31 de dezembro de 2022. O desempenho econômico-financeiro da Companhia apresentado até o primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está atrelado a fatores como a alta do custo de captação com aumento rápido e intenso da Selic; diminuição da atividade econômica presencial no país, devido à pandemia de Covid-19; foco definido anteriormente em segmentos de maior volume, porém com baixa rentabilidade. Diante dos fatores apresentados, durante o segundo semestre de 2022, a administração da Companhia decidiu implementar mudanças estratégicas, de governança e operacionais, conforme segue: • Formação de nova diretoria (eleição de novos CEO e CFO estatutários) com experiência no segmento e nova composição do Conselho de Administração; • Investimento em novas tecnologias de terminais (POS), aumentando atratividade e escalabilidade de soluções na ponta via terminal, com maior competitividade; • Manutenção de política austera de contenção de gastos e eficiência operacional, com reduções relevantes de custos e despesas correntes, já perceptíveis no último trimestre de 2022; • Intensificação de prospecção de parceiros investidores para sustentar o plano de negócio de longo prazo, com resultado efetivo, como será mencionado a seguir. b) Situação econômico-financeira: Em adição aos pontos citados acima, a administração realizou a revisão das estratégias comerciais com definição e foco em novo público-alvo, aderente às capacidades operacionais e visando geração de caixa com as seguintes ações: • Estudo e redefinição interna do público-alvo pretendido e de maior potencial de geração de valor; • Derivando dessa definição de público-alvo, resultou o foco em clientes com TPV até R\$ 2.000 por ano; • Restrução do time comercial com ênfase na ampliação do alcance geográfico ao redor do país; • Intensificação do desenvolvimento de novos franqueados em regiões estratégicas; • Revisão do modelo de remuneração do franqueado possibilitando parcerias de longo prazo mais sustentáveis e com aumento de margem líquida da Companhia; • Investimento em novas tecnologias de terminais (Smart POS), aumentando atratividade e escalabilidade de soluções na ponta via terminal, com maior competitividade e capacidade de retenção (redução de Churn); Em janeiro de 2023, já como resultado do novo direcionamento e prova de confiança no plano de retomada de crescimento, a Companhia assinou emissão de debêntures conversíveis em ações com grupo econômico de peso e reputação no mercado de pagamentos, no montante de R\$ 100.000, conforme descrito na nota explicativa 23. Após a conversão, a Companhia estará em condição econômica mais favorável para captação de recursos. Aliado a isto e concomitantemente, a Companhia está reestruturando sua estrutura de captação, com revisão das posições de financiamento via FIDCs e firmando nova parceria com grande banco comercial com avaliação triple A que figurará como banco depositário, liquidante e como fonte de captação para desconto de recebíveis praticando taxas mais vantajosas que as atuais. A administração tem previsão de atingir, de forma progressiva, e ainda no primeiro semestre de 2023, uma redução de pelo menos 20% no custo de antecipação, alavancando o crescimento de forma acelerada já a partir do segundo trimestre de 2023 e com impactos positivos significativos no crescimento operacional e geração de caixa. A expectativa da administração é alcançar no último trimestre de 2023 um TPV mensal três vezes maior do que a média dos últimos meses de 2022, com EBITDA positivo e Net Take Rate de aproximadamente 1%. b) Situação econômico-financeira: O efeito do preço praticado na captura de novos clientes, nas regiões onde a Companhia tem presença, já foi testado e comprovadamente avaliado em ações comerciais em passado recente, ou seja, a expectativa é baseada em fatos e dados conhecidos e experimentados, dando confiança para o plano em curso. Como evidência do alto potencial da estratégia em desenvolvimento, e que sustenta a confiança que a Companhia tem seguido para crescimento acelerado com aumento da geração de caixa, é o fato de que, já em março de 2023, as ofertas de preço já ajustadas à nova realidade de custo de antecipação demonstraram alta aderência e aceitação pelo mercado, com número de novos credenciamentos em um único dia batendo recorde dos últimos 6 meses. Além disso, a empresa está reestruturando e abrindo relacionamentos bancários com pelo menos seis grandes bancos de mercado, que serão alternativas de captação no desconto de recebíveis e de crédito, formando uma estrutura de suporte financeiro robusta e perene. Estas ações principais e em conjunto com um plano tático detalhado e alinhado ponta a ponta através do estabelecimento de objetivos e metas em todos os níveis, vão garantir a geração de caixa que sustenta o negócio ao longo do exercício de 2023 e além.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considera as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: Essas demonstrações contábeis estão sendo preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação

da provisão para perdas esperadas com contas a receber, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da Diretoria em 31 de março de 2023. 2.3. Base de consolidação: As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na empresa consolidada e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior com observâncias às normas do NBC TG 36 e ITG 09. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pela demonstração contábil individual da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022, apresentadas abaixo:

Participação	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Controladas diretas:				
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.	100,00%	100,00%		
Acqio Holding Financeira S.A.	100,00%	100,00%		
Acqio Pagamentos S.A.	100,00%	100,00%		
Controladas indiretas:				
Acqio Franchising S.A.	100,00%	100,00%		
Acqio Adquirência Instituição de Pagamentos S.A.	100,00%	100,00%		

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas, e nesse sentido, quadro de Diretores da investida é composto por sócios em comum. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo. 2.4. Investimentos: O investimento da Companhia em suas controladas diretas e indiretas é reconhecido com base no método da equivalência patrimonial, através do qual a participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado do período como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuído aos acionistas da controlada. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem a maioria do capital votante e exerce influência significativa. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida nas controladas. A Companhia determina, a cada término de exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for constatado, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na demonstração do resultado do período. 2.5. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e suas controladas de receberem pela contrapartida dos serviços e mercadorias oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Receita de aquisição (captura de transações): A receita de serviços é reconhecida com base no controle mensal dos serviços prestados aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é medida com base no Total Payment Value (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços. Receita de antecipação: A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados. Receita de aluguel de ponto de venda – POS: A Companhia como arrendadora não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. As receitas decorrentes de aluguel de POS são contabilizadas pelo método linear ao longo dos prazos do aluguel e são incluídas na Receita de serviços na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional, líquidas de quaisquer incentivos dados ao arrendatário. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento na mesma base da receita do aluguel. A receita de aluguel de POS é reconhecida no período em que é auferida. A Companhia tem contratos de aluguel mensais canceláveis relacionados a equipamentos de captura de transações eletrônicas para terceiros. Os ativos arrendados são incluídos em "Ativo Imobilizado" e são depreciados ao longo de sua vida útil esperada. Venda de mercadorias: A receita decorrente da venda de Point of Sale (POS), é apropriada ao resultado quando da efetiva entrega do POS aos estabelecimentos comerciais, ou seja, a obrigação de performance se encerra no momento que o controle do POS é transferido para o cliente. Não há obrigação de desempenho relacionada à garantia dos equipamentos. 2.6. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.7. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: Classificação e mensuração: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. Os principais ativos financeiros com essa classificação são o caixa e equivalentes de caixa. Ativos mantidos até o vencimento: São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem as transações a receber dos emissores, contas a receber e outros créditos. (ii) Impairment de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em reais)

Receitas	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
18		-	-	133.594	117.950
Receitas					
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	19	-	-	(82.647)	(60.885)
Lucro bruto				50.947	57.065
Despesas operacionais					
Vendas	19	(10)	(81)	(35.297)	(28.613)
Gerais e administrativas	19	(1.653)	(3.091)	(47.885)	(37.704)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(89.578)	(14.852)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	19	-	(44)	(13.913)	1.616
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(91.241)	(18.068)	(46.148)	(7.636)
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		1.248	503	2.854	1.812
Despesas financeiras		(13.412)	(5.180)	(60.111)	(16.708)
		(12.164)	(4.677)	(57.257)	(14.896)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(103.405)	(22.745)	(103.405)	(22.532)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	(213)
		-	-	-	(213)
Prejuízo do exercício		(103.405)	(22.745)	(103.405)	(22.745)
Quantidade de ações	17	10.289.600	2.414.905		
Prejuízo por ação – básico		(10,04)	(9,23)		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(103.405)	(22.745)	(103.405)	(22.745)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(103.405)	(22.745)	(103.405)	(22.745)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora e consolidado			
	Subs-crito	A inte-gralizar	Capital social	Prejuízos acumu-lados
Saldos em 31/12/2020	104.566	(8)	104.558	(27.592)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(22.745)
Integralização de capital	16	8	8	(8)
Saldos em 31/12/2021	104.566	-	104.566	(27.600)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(103.404)
Integralização de capital	16	1	1	-
Saldos em 31/12/2022	104.567	-	104.567	(171.161)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(103.405)	(22.745)	(103.405)	(22.532)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto ao caixa:					
Depreciação e amortização	19	35	7	8.529	4.933
Juros e variações monetárias, líquidas		11.876	2.869	16.040	4.348
Apropriação do deságio na emissão de debêntures	13	1.681	1.303	1.681	1.303
Apropriação dos custos de transação na emissão de debêntures	13	488	281	488	281
Substituição de provisão para contingências	16	-	-	532	75
Provisão para perdas ao valor recuperável	19	-	-	6.383	4.944
Provisão para perdas nos estoques	6	-	-	(519)	427
Resultado da equivalência patrimonial	8	89.578	14.852	253	(3.433)
(Acréscimo) decréscimo de ativos:					
Transações a receber dos emissores					

... continuação

contas a pagar a estabelecimentos comerciais, empréstimos e debêntures. (iii) Valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

2.8. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. 2.9. **Estoques:** Os estoques referem-se, substancialmente, a maquininhas POS e chips de dados e são valorizados ao custo médio de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. 2.10. **Tributação:** Impostos sobre vendas e prestação de serviços: As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições

Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras	Alíquota
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
Demais receitas operacionais	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social:** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tendo por base o regime do "lucro real" anual. 2.11. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e/ou de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, por classe de ativo. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. 2.12. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ativo são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Os valores contábeis de seus ativos não financeiros são revisados anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. **Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos, caso contrário, são capitalizados ao ativo intangível. 2.13. **Redução a valor recuperável de ativos:** Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 2.14. **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.15. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituiriam provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor

recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.16. **Novos pronunciamentos contábeis:** Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2022 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	32	29
Aplicações financeiras	-	-
	29	5.300
	2022	2021
	32	29

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantêm em seus ativos financeiros aplicações financeiras de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, conforme abaixo evidenciado:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Rendimento	2022	2021
Banco Itaú Unibanco S.A.	CDB	0,53% a.m.	-	1.028
Banco Daycoval	LFT	0,322% a.m.	1.786	-
			1.786	1.028

4. Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2022	2021
Banco Daycoval S.A.	CDB	1.120	-
XP Investimentos	CDB	5.801	5.178
Banco Itaú	CDB	1.005	-
Tesouro Selic - LFT	Cota do tesouro nacional	2.191	25.482
Cotas de fundos de investimento	Fundo de investimento	149.490	61.943
		159.607	61.943

(a) As aplicações financeiras junto a XP Investimentos estão atreladas a garantias das debêntures, conforme divulgado na Nota 14. (b) As cotas de fundos de investimento estão atreladas a cotas subordinadas do FIDC Acqio 1.5 e Acqio 2.1 e possuem rendimento atrelado ao CDI.

5. Transações a receber dos emissores (Consolidado)

	2022	2021
Créditos a receber de adquirentes	10.404	32.461
Créditos a receber de bandeiras de cartão	223.919	133.680
	234.323	166.141
Circulante	234.173	165.791
Não circulante	150	350
A abertura pelos principais credores é a seguinte:	2022	2021
Global Payments	1.197	4.662
Cielo	-	18
PagSeguro	9.207	27.781
MasterCard	116.754	85.669
Elo	15.437	6.861
Visa	91.425	41.150
Amex	303	-
	234.323	166.141

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer		
Entre 1 e 30 dias	130.516	103.806
Entre 31 e 60 dias	14.291	17.162
Entre 61 e 90 dias	8.472	11.414
Acima de 90 dias	81.044	33.759
	234.323	166.141

Em 31 de dezembro de 2022, não existem saldos de transações a receber dos emissores vencidos nem efeitos significativos de ajustes a valor presente sobre esses saldos.

6. Estoques (Consolidado)

	2022	2021
Mercadorias para revenda	2.568	4.544
Estoque em poder de terceiros	3.444	2.390
	6.012	6.934
Provisão para perdas nos estoques	(1.801)	(2.320)
	4.211	4.614

A movimentação da provisão para perdas é assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo inicial	(2.320)	(1.893)
Provisões	-	(427)
Reversões	519	-
Saldo final	(1.801)	(2.320)

7. Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
ICMS a recuperar	-	2.944
IRPJ a recuperar	13	13
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	-	827
INSS a recuperar	-	-
Outros	97	74
	117	94
	2022	2021
	117	94

8. Investimentos (Controladora) - a) Composição do saldo:

	2022	2021
Participação no valor contábil do patrimônio líquido		
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.	-	40.188
Acqio Holding Financeira Ltda.	5.421	11.633
Acqio Pagamentos S.A.	-	106
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.421	52.000
Provisão para perdas com investimentos:		
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.	(27.025)	-
Acqio Pagamentos S.A.	(342)	-
	(27.367)	-

b) **Investimento em controladas:**

	Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.	Acqio Holding Financeira Ltda.	Acqio Pagamentos S.A.
	2022	2021	2022
Ativo circulante	68.429	71.930	234.375
Ativo não circulante	51.401	43.526	153.660
Passivo circulante	132.955	65.942	53.146
Passivo não circulante	29.183	9.326	329.468
Patrimônio líquido	(42.308)	40.188	5.421
Participação - %	100%	100%	100%
Valor do investimento	(26.675)	40.188	5.421
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	149.522	119.663	48.211
Lucro (prejuízo) do exercício	(82.496)	(15.326)	(6.214)
% de participação	100%	100%	100%
Resultado da equivalência patrimonial	(82.496)	(15.326)	(6.214)

c) **Movimentação dos investimentos**

	2022	2021
Saldo inicial	52.000	25.607
Recursos para aumento de capital	15.632	73
Integralização de AFAC	-	(11.285)
Aumento de capital em controlada	-	52.457
Resultado da equivalência patrimonial	(89.578)	(14.852)
Saldo final	(21.946)	52.000
Apresentados em:		
Investimentos	5.421	52.000
Provisão para perda com investimento	(27.367)	-

9. Intangível (Consolidado)

	2022	2021
Taxas de amortização (% a.a.)		
Amortização acumulada		
Descrição		
Intangível em uso		
Direito a uso de software	20%	30.644
Vida útil indefinida	-	(9.318)
Direito de distribuição	-	4.773
Marcas	-	479
Agio por rentabilidade futura (goodwill)	-	4.494
		40.390
Intangível em andamento		
		40.390

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 2021	Movimentação em 2022	Saldo em 2022
Intangível em uso			
Direito a uso de software	7.758	17.565	(3.996)
Vida útil indefinida	-	-	4.772
Direito de distribuição (b)	3.597	1.175	-
Marcas	479	-	479
Agio por rentabilidade futura (goodwill) (c)	4.045	-	449
	15.879	18.740	(3.547)
Intangível em andamento	8.959	(8.959)	-
	24.838	9.781	(3.547)
			31.072

(a) A atividade da controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para uso nos POS. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores, e serviços de terceiros. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio que a administração acredita que refletirá o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. (b) Refere-se, substancialmente, a direitos de distribuição dos serviços, carteira de franqueados e direitos de explorar a marca "Acqio" em determinadas localidades, adquiridos de antigos franqueados da controlada indireta Acqio Franchising S.A. pela Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. (c) Refere-se ao agio decorrente da aquisição de controle da controlada indireta Acqio Franchising S.A. **Impairment de intangíveis:** Anualmente a administração da Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável (impairment) sobre o goodwill e intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos no balanço. As revisões de impairment do agio e intangíveis de vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou a necessidade de realizar ajustes frente à recuperabilidade de seus ativos não financeiros. A base utilizada para o teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, Produto Interno Bruto - PIB e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do mercado; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A taxa de desconto utilizada é representada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que representa o custo mínimo que o acionista estaria disposto a investir em uma empresa de setor similar e foi de 10,66% em 2022. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada internamente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

10. Transações com partes relacionadas

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Ativo circulante		
Acqio Adquirência S.A.	4.487	-
	4.487	-
Ativo não circulante		
Mútuo com pessoas físicas (a)	5.176	4.519
	9.663	4.519
Passivo não circulante		
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. (b)	-	957
Mútuo Sprint Fundo de Invest. em Participações (c)	41.548	-
Mútuo com pessoas físicas (a)	550	779
	42.098	1.736
Demonstração do resultado		
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	81	-
Mútuo Sprint Fundo de Invest. em Participações (c)	579	425
Mútuo com pessoas físicas (a)	660	425

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições e prazos pactuados entre as partes. (a) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e pessoas físicas ligadas, sobre o qual incorre correção calculada com base na variação positiva do CDI e com prazo de vencimento em 2023; (b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital da controlada. (c) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e Sprint Fundo de Invest. em Participações, sobre o qual incorre correção calculada com base na variação positiva do CDI mais juros 4% ao ano e com prazo de vencimento em 2024; **Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração total paga aos administradores foi de R\$ 1.469 e R\$ 2.803, respectivamente. A Companhia e suas controladas não concedem aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós-emprego ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

11. Contas a pagar a estabelecimentos comerciais (Consolidado)

	2022	2021
Estabelecimentos comerciais	91.676	54.820
	91.767	54.820

Ajuste a valor presente: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração concluiu que não possui nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

12. Empréstimos (Consolidado)

Modalidade	Encargos	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	9,65% a 11,74% a.a.	01/09/2025	45.192	14.101
			45.192	14.101
Circulante			31.022	5.321
Não circulante			14.170	8.780
Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:				
			2022	2021
2024			9.300	4.722
2025			4.870	3.587
2026			-	471
			14.170	8.780

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	14.101	18.799
Captações	82.402	-
Juros incorridos	3.035	1.825
Pagamento de principal	(52.435)	(5.520)
Pagamento de juros	(1.911)	(1.003)
Saldo final	45.192	14.101
Garantias: Os saldos de empréstimos estão garantidos por avais dos sócios quotistas.		

13. Debêntures (Controladora)

Modalidade	Encargos	Vencimento	2022	2021
Debêntures públicas	100% do CDI	02/03/2024	42.060	49.614
Debêntures privadas	+6% a.a.	02/03/2026	6.000	6.040
			48.060	55.654
Deságio sobre o preço de integralização			(2.015)	(3.697)
Custos de emissão de debêntures			(490)	(732)
			2.505	(4.429)
			45.555	51.225
Circulante			32.960	12.637
Não circulante			12.595	38.588
Debêntures públicas: Em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie com garantia real, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Os recursos totais captados, no montante de R\$ 49.000 serão utilizados para financiar a operação da Companhia e suas controladas. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidem juros correspondentes à 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 6% ao ano.				

1ª série

Quantidade	Valor unitário	Valor total
24.000	1.000,00	24.000
5.000	2.000,00	10.000
5.000	3.000,00	15.000
		49.000

2ª série

3ª série

A emissão da 1ª série foi encerrada em 23 de março de 2021, com 24.000 debêntures emitidas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), totalizando o montante de R\$ 24.000. Em 8 de julho de 2021 ocorreu a emissão da 2ª série da debênture pública. Foram emitidas 5.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando um montante de R\$ 10.000. Em 15 de setembro de 2021 ocorreu a emissão da 3ª série da debênture pública. Foram emitidas 5.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando um montante de R\$ 15.000. O prazo de pagamento das três séries da 1ª emissão é de 36 meses em 7 parcelas trimestrais sendo o primeiro pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das debêntures ocorrendo em 2 de setembro de 2022 e o último em 2 de março de 2024. **Garantias - debêntures públicas:** i. Alienação fiduciária sobre ações ordinárias representativas de: (a) 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Alienantes, será constituída previamente à subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série; (b) 42% (quarenta e dois por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Alienantes, será constituída como condição para subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série; e (c) 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Alienantes, será constituída como condição para subscrição e integralização das Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, juntamente com (ii) cessão fiduciária de todos os direitos econômicos

... continuação

Acqio 2.1 na aquisição de direitos creditórios elegíveis. Os FIDCs Acqio 1.5 e Acqio 2.1 tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios originados no contexto da realização de operações de pagamento no "Sistema Acqio". Em caráter complementar, a valorização das cotas será buscada mediante a aplicação em ativos financeiros conforme definido no regulamento do fundo. Em 2022 o rendimento das cotas sênior foi 14,61% (2021: 6,50%).

16. Provisão para contingências – A Companhia e suas controladas são parte, seja no polo ativo ou passivo, em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais. Provisões são constituídas para todas as contingências/obrigação para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências de acordo com a avaliação da probabilidade de perda dos respectivos processos. A Companhia possui processos em andamento, envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

	2022	2021
Cíveis	370	54
Trabalhistas	237	21
	607	75

Movimentação das provisões para contingências

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	75	-
Constituição	532	75
Saldo final	607	75

A seguir o montante dos processos trabalhistas, tributários e cíveis, avaliados pela assessoria jurídica da Companhia e suas controladas como de perda estimada como possível e respectivos esclarecimentos para os processos mais relevantes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributárias	-	-	-	15.546
Cíveis	1.759	1.145	1.814	2.408
Trabalhistas	-	-	1.365	3.282
	1.759	1.145	3.179	21.236

17. Patrimônio líquido – a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito é de R\$ 104.567 estando o total de R\$ 104.567 integralizado, representado por 10.289.600 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

	Quantidade de ações	%
Gustavo Danzi de Andrade	249.094	2,40%
Robson Campos dos Santos Cruz	264.091	2,60%
Igor de Andrade Lima Gatis	173.205	1,70%
Rodolfo César Cardoso Lucas	206.663	2,00%
Oswaldo Tiago Arrais	206.663	2,00%
Felipe Valença de Sousa	83.588	0,80%
Sprint Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	9.106.296	88,50%
	10.289.600	100,00%

Conforme divulgado na Nota 13, nos termos da Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, 51% das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia estão alienadas fiduciariamente como garantia das referidas debêntures. a) **Destinação dos lucros:** De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação: i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo; e iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas. c) **Ágio nas transações de capital:** Em 16 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu o restante das ações da sua entidade controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A., passando a deter 100% das ações. Na ocasião, a Companhia pagou R\$ 14.556 por essa participação, enquanto o patrimônio negativo da investida era de R\$ 5.109. Essa operação gerou ágio nas transações de capital entre os sócios no montante de R\$ 19.676. Adicionalmente, em 21 de agosto de 2018, a controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. adquiriu o restante das quotas da sua então controlada Acqio Franchising S.A.,

passando então a deter 100% de suas quotas, pagando R\$ 8.408, por essa participação adicional. Todas essas transações foram reconhecidas como ágio na compra dessas ações/quotas, contabilizado no patrimônio líquido em conformidade com o ICPC 09

18. Receitas (Consolidado)

	2022	2021
Receita de mercadorias vendidas	-	93
Receita de locação	7.165	2.081
Receita de serviços de aquisição e subadiquirência	80.810	83.677
Receita de antecipação	61.642	45.752
Total da receita bruta de vendas	149.617	131.603
Impostos sobre vendas e serviços	(15.740)	(13.322)
Devolução de vendas	(283)	(331)
Total das deduções da receita bruta	(16.023)	(13.653)
	133.594	117.950

19. Custos e despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Por função:				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(82.647)	(60.885)
Despesas com vendas	(10)	(81)	(35.297)	(28.613)
Despesas gerais e administrativas	(1.653)	(3.091)	(47.885)	(37.704)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(44)	(13.913)	1.616
	(1.663)	(3.216)	(179.742)	(125.586)
Por natureza:				
Mercadorias para revenda	-	-	(2)	(980)
Custo de operação de aquisição prestados	-	-	(59.826)	(34.236)
Custo de antecipação	-	-	(22.815)	(25.669)
Salários e encargos sociais	(1)	(2.264)	(32.037)	(29.771)
Comissões sobre vendas	-	-	(11.554)	(9.064)
Fretes e carretos	-	-	(1.004)	(1.064)
Despesas com viagens	(57)	(88)	(1.029)	(1.150)
Aluguéis e locações	(110)	(88)	(1.021)	(921)
Publicidade e propaganda	(9)	(13)	(1.138)	(1.928)
Manutenção	(2)	(30)	(1.106)	(439)
Mensalidade de softwares	(167)	(57)	(6.879)	(4.748)
Depreciação e amortização	(35)	(7)	(8.529)	(4.933)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.607)	(301)	(8.035)	(4.422)
Provisão para perda ao valor recuperável	-	-	(6.383)	(4.944)
Outras despesas operacionais, líquidas	325	(368)	(18.384)	(1.317)
	(1.663)	(3.216)	(179.742)	(125.586)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras	-	-	310	601
Juros ativos	-	-	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	648	202	827	255
Descontos obtidos	-	-	17	26
Outras receitas financeiras	600	301	1.700	930
	1.248	503	2.854	1.812

Despesas financeiras
Juros sobre empréstimos e debêntures (11.189) (4.674) (17.257) (6.499)
Encargos de antecipação de direitos creditórios - (38.400) (8.727)
Tarifas e taxas bancárias (1) (5) (1.202) (503)
IOF sobre mútuos (157) (105) (908) (373)
Outras despesas financeiras (2.065) (396) (2.344) (606)
(13.412) (5.180) (60.111) (16.708)
Resultado financeiro (12.164) (4.677) (57.257) (14.896)

21. Instrumentos financeiros – a) **Instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, transações a receber dos emissores, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada referem-se a empréstimos, debêntures e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado

para os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e suas controladas e sua disposição para risco. b) **Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, deduzidos pelo caixa e aplicações financeiras de liquidez). O índice de endividamento consolidado no fim do exercício é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos (Nota 12)	(45.193)	(14.101)
Debêntures (Nota 13)	(45.555)	(51.225)
Partes relacionadas (Nota 10)	(42.098)	(779)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	5.300	15.368
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	159.608	61.943
Caixa líquido (a)	32.062	11.205
Total do patrimônio líquido (b)	94.016	(9.659)
Total do capital (a) – (b)	(61.954)	1.546
Índice de alavancagem financeira – % (a/b)	N/A	N/A

Risco de crédito: As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteção contra perdas decorrentes de operações de crédito, a administração constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a condição de atraso da operação. O gerenciamento do risco de crédito da Companhia e suas controladas é realizado em conformidade com as melhores práticas da indústria, sendo compatível com a natureza das operações da Companhia e suas controladas e a complexidade de todos os seus produtos e serviços oferecidos. **Risco de liquidez:** A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Companhia e suas controladas estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O frequente acompanhamento visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é assegurar que sempre tenham recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, a fim de evitar perdas inaceitáveis ou que resultem em exposição indevida a reputação do Sistema Acqio. **Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas empregam uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. A administração constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A administração assegura que mantém saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional. **Risco de taxa de juros:** Trata-se da possibilidade de perda de valor em ativos da Companhia e suas controladas devido a variações na taxa de juros do país. Poderia ocorrer, por exemplo, nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar os riscos, a administração adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós fixadas, analisar permanentemente os riscos de instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliar a necessidade de contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações. Os saldos dos instrumentos financeiros da Companhia expostos às estas variáveis de riscos estão apresentados abaixo:

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Indexadas ao CDI	1.786	1.028
Títulos e valores mobiliários		
Indexadas ao CDI	159.608	61.943
	161.394	62.971
Debêntures		
Indexadas ao CDI	45.555	51.225
	51.225	51.225
		26/10/2023

A administração entende que o cenário provável é a manutenção na taxa atual de juros de TJLP, e incremento de aproximadamente 25% na taxa de juros medida pelo CDI, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. A administração conduziu

análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, baseado em projeções emitidas pelo Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central e cenários com elevação e queda de 25% e 50% em cada variável de risco considerada, de forma a medir o impacto econômico destes cenários em relação aos indexadores de juros vigente em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

Risco	Cenários				
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Ativos financeiros:					
Queda do CDI	(20.981)	-	-	(5.245)	(10.491)
Passivos financeiros:					
Alta do CDI	(5.922)	(1.481)	(2.961)	-	-
Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido	(26.903)	(1.481)	(2.961)	(5.245)	(10.491)

Risco operacional: A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Companhia e suas controladas, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração. **Risco de fraude:** A controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

22. Seguros (Consolidado) – Em 31 de dezembro de 2021, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	2022	2021
Modalidade:		
Responsabilidade civil	30.000	30.000
	30.000	30.000

A administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Adicionalmente, a Companhia possui contratada garantia de pagamento, conforme contrato firmado com Trust Company – Lions Merchant Bank S/A, fixando o valor máximo garantido de R\$ 12.400, as obrigações pecuniárias do cliente/afiado no que tange a aquisição de 60.000 unidades de máquinas POS modelo C680 CTL3 3G BT wifi.

23. Eventos subsequentes – Em 13 de Fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a 3ª emissão de debêntures privada conversíveis em ações da espécie com garantia Real e em série única, tendo como a debenturista Entre Payments Serviços de Pagamentos S.A.. A escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos totais captados, no montante de R\$ 100.000 (a qual será emitida 100 debêntures e cada uma terá seu valor nominal de R\$ 1.000) serão utilizados para financiar a operação da Companhia e suas controladas. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidem juros correspondentes à 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano. Segue abaixo o cronograma de integralização dos valores:

Data	Valor total
13/02/2023	R\$ 25.000
26/02/2023	R\$ 20.000
26/03/2023	R\$ 15.000
26/04/2023	R\$ 10.000
26/05/2023	R\$ 5.000
26/06/2023	R\$ 5.000
26/07/2023	R\$ 5.000
26/08/2023	R\$ 5.000
26/09/2023	R\$ 5.000
26/10/2023	R\$ 5.000
	R\$ 100.000

O prazo de Pagamento das Debêntures vencerá a partir no último Dia Útil do 36º (trigésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão conforme definida na Escritura de Emissão.

João Luiz Jardim Sanches – Diretor Financeiro

Gustavo Danzi de Andrade – Diretor de Produtos e Tecnologia

Severino Manoel da Silva – Gerente Contábil e Fiscal – CRC 1SP 248.665/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Acqio Holding Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Acqio Holding Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Processo de captura, processamento e liquidação das transações com bandeiras e adquirentes:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.5, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse às adquirentes, bancos emissores e bandeiras, na data do processamento das transações e (ii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de emissores e a

receita de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 234.323 mil e R\$ 80.810 mil, respectivamente, e a receita por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 61.642 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) confirmação externa dos saldos a receber de adquirentes; (ii) testes de liquidação subsequente para valores transacionados junto às bandeiras de cartão de crédito e débito; (iii) correlação dos valores registrados como receitas ao longo do exercício, com a movimentação do saldo de transações a receber dos emissores e, por fim, com a conversão desses valores no caixa da Companhia e suas controladas; (iv) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações ocorridas (captura, processamento, pagamentos aos estabelecimentos comerciais de seus recebíveis e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis) levando em consideração aspectos de imprevisibilidade em nossa amostragem; (v) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; e (vi) a avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, incluídas nas notas explicativas nº 5 e 12. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 5 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza,

Negócios

Natura quer rejuvenescer The Body Shop e não pretende vender Avon International



A marca britânica The Body Shop, que já foi ícone de cosméticos sustentáveis, com uma postura ativista sobre o consumo de produtos de beleza, envelheceu e precisa ser repaginada. Esta é a análise feita pela Natura, a multinacional brasileira dona da marca, segundo o presidente da companhia, Fabio Barbosa.

Criada por Anita Roddick nos anos 1970, a The Body Shop foi uma das primeiras empresas do setor a abolir o teste de ingredientes em animais e a promover o comércio justo com comunidades fornecedoras de matérias-primas naturais -como as castanhas extraídas pelos índios caiapós, na Amazônia. “É preciso revitalizar a marca”,

disse Barbosa, que participou de teleconferência com jornalistas na manhã de terça-feira (4), para comentar a venda da australiana Aesop para a francesa L’Oréal, anunciada na segunda (3). “A The Body Shop deixou de atrair o público jovem, vamos diminuir o número de SKUs [itens], tornar as lojas mais clean, mais acolhedoras”, afirmou, ressaltando que o trabalho na The Body Shop é fundamentalmente de marketing de reposicionamento.

“Eu trabalhei por 12 anos na Nestlé e sei que, quando a marca é boa, não faz sentido oferecer promoções como ‘compre 3 e leve 4’”, disse. “Esse tipo de ação até pode acontecer em alguns momentos, mas não o tempo todo, como vem ocorrendo com

a The Body Shop.”Curiosamente, a The Body Shop, que passou às mãos da L’Oréal em 2006, foi vendida para a Natura em 2017. Agora, a L’Oréal comprou a Aesop da brasileira por US\$ 2,53 bilhões (R\$ 12,7 bilhões). Segundo Barbosa, o negócio teve o objetivo de “desalavancar” a companhia, que estava com alto nível de endividamento.

A Natura encerrou 2022 com uma dívida líquida de R\$ 7,4 bilhões, cerca de 7,8 vezes o seu Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

De acordo com Barbosa, a Aesop está em um momento de expansão no mercado oriental e era preciso fazer maiores investimentos, mas a Natura não tinha capital disponível. Daniele Madureira/Folhapress

Virgin Orbit, do bilionário Richard Branson, faz pedido de recuperação e busca comprador



A Virgin Orbit, do bilionário britânico Richard Branson, entrou com pedido de recuperação judicial nesta terça-feira, depois que a empresa de lançamento de satélites não conseguiu garantir financiamento de longo prazo necessário para ajudá-la a se recuperar de uma falha em um foguete em janeiro.

A empresa com sede em Long Beach, Califórnia, entrou com o processo no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito de Delaware buscando a venda de seus ativos depois de anunciar a demissão de cerca de 85% de seus 750 funcionários na semana passada.

Sinistralidade acima de 100% acende sinal de alerta entre operadoras de saúde

Executivos do mercado de saúde suplementar têm levantado o alerta para o risco de aumento na sinistralidade que vem registrando níveis elevados desde o ano passado, com a pressão dos procedimentos eletivos postergados pela pandemia, dengue, gripe e inflação médica.

Há casos de grandes operadoras com taxas de sinistralidade acima dos 90%. O indicador mostra a relação entre o valor pago pelos usuários com as mensalidades e o custo dos procedimentos.

Até o terceiro trimestre do ano passado, o setor registrava sinistralidade geral de 88%, segundo dados da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Isso significa que a cada R\$ 100 recebidos pelas operadoras, R\$ 88 foram destinados ao pagamento de exames, consultas, internações, medicamentos e cirurgias. Os dados de 2022 fechado serão divulgados neste mês. Operadoras como a Unimed-Rio, que atende

728 mil clientes, apresenta sinistralidade de 109%, uma das maiores do segmento, segundo a ANS. A Prevent Senior, que foca o mercado da terceira idade, contabiliza 539 mil clientes e uma taxa de 106%, seguida pela Amil, com sinistralidade em 101% e uma base de 2,6 milhões de contratantes.

A Bradesco Saúde tem quase 3,5 milhões de clientes e sinistralidade atual de 95%. Já a taxa da Unimed Central Nacional, que conta com 1,9 milhão de clientes, está em 94%.

SulAmérica tem 88%, Notre Dame, 85% e Hapvida, 77%, de acordo com os balanços da ANS.

Segundo a FenaSaúde (federação que representa as operadoras), também influenciam no crescimento da sinistralidade fatores como “a obrigatoriedade da oferta de tratamentos cada vez mais caros, com doses a cifras milionárias, a ocorrência de fraudes e a judicialização da saúde”.

Joana Cunha/Folhapress



“Acreditamos que o processo do Chapter 11 representa o melhor caminho a seguir para identificar e finalizar uma venda eficiente e maximizadora de valor”, disse o presidente-executivo da Virgin Orbit, Dan Hart, em comunicado.

As ações da companhia desabaram 18% antes da abertura do mercado nos Estados Unidos.

A empresa listou ativos de cerca de 243 milhões de dólares e uma dívida total de 153,5 milhões.

A Virgin Orbit abriu capital em 2021, levantando 255 milhões de dólares menos do que o esperado. Separada da empresa de tu-

risso espacial de Branson, Virgin Galactic, em 2017, a Virgin Orbit lança satélites em órbita por meio de foguetes disparados a partir de um Boeing 747 modificado.

A estratégia da empresa vinha sendo o lançamento de pequenos foguetes do 747 em voo, o que permite lançamentos mais rápidos de qualquer local, incluindo para propósitos militares.

Mas uma mudança na demanda em direção aos foguetes maiores e de custo melhor da rival SpaceX ao longo dos últimos dois anos dificultou o mercado para a Virgin Orbit, afirmam analistas.

IstoéDinheiro